

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025		
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01515-3/2025		
TIPO	MENOR PREÇO GLOBAL	
MODO DE DISPUTA	ABERTO	
BASE LEGAL	A licitação será regida na forma da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado neste Poder pelo Ato nº 23.721, de 23 de março de 2023, Decreto Estadual n.º 342 de 28 de junho de 2023, pelas Leis Complementares nº 123/06 alterada pelas Leis Complementares nº 147/2014 e 155/2016 em sua atual redação (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), Decreto Federal nº 8.538/2015, pela Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), observadas às alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital.	
OBJETO	Constitui objeto a contratação de empresa especializada em Tecnologia de Informação, que tem por finalidade a prestação de serviços referente à Solução Integrada de Segurança Cibernética e o fornecimento de equipamentos de segurança de rede, conforme especificações, quantitativos e demais condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.	
PARTICIPAÇÃO	AMPLA	
		DIA
		HORÁRIO
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:		14/11/2025
		08h00min
FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:		02/12/2025
		08h00min
INÍCIO DA ETAPA DE LANÇES:		02/12/2025
		09h00min
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o <u>horário de Brasília /DF</u> e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.		
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:		
Endereço: na Coordenadoria de Licitações e Contratos, 2º andar, do Palácio Governador João Alves Filho, situado na Avenida Ivo do Prado s/n, Centro, Aracaju-SE.		
Horário de expediente: 7h às 13h		
Fones (079) 3216-6821 e 3216-6807		
E-mail da Pregoeira e a Equipe de Apoio: josiane.costa@al.se.leg.br.		
Os interessados deverão acessar www.al.se.leg.br/transparencia e www.licitanet.com.br , onde o edital estará disponível ou dirigir-se ao endereço acima.		
LOCAL DA DISPUTA: Portal www.licitanet.com.br . As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET - licitações online: www.licitanet.com.br ; (34) 3014- 6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br		

REPÚBLICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01515-3/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025

C.N.P.J. /MF nº 13.170.840/0001-44

A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados pelo Ato nº 24.034, de 11 de janeiro de 2024 e publicado no Diário do Legislativo nº 06, de 19 de janeiro de 2024 e autorizados pelo Ato nº 24.363, de 26 de agosto de 2025, publicado no Diário do Legislativo nº 72, de 12 de setembro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo **menor preço global**, cujo objeto é para a contratação de empresa especializada em Tecnologia de Informação, que tem por finalidade a prestação de serviços referente à Solução Integrada de Segurança Cibernética e o fornecimento de equipamentos de segurança de rede, conforme especificações, quantitativos e demais condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) deste Poder, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela página eletrônica do portal "Licitanet", constante no site www.licitanet.com.br.

1.2. Data e horários da Sessão Pública:

1.2.1. LIMITE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: 02/12/2025 – 08h00min

1.2.2. ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 02/12/2025 – 08h00min

1.2.3. DATA DA SESSÃO E HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 02/12/2025 - 09h00min.

1.2.4. Referência de tempo: horário de Brasília/DF.

1.3. Formalização de consultas e atendimento: através do fone (079) 3216-6821/6807 ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos-COLIC, 2º andar, do Palácio Governador João Alves Filho, situado na Avenida Ivo do Prado s/n, Centro, Aracaju/SE, no horário das 7 às 13 horas, nos dias úteis.

2. DO OBJETO, ESTIMATIVA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O objetivo do presente pregão é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada em Tecnologia de Informação, que tem por finalidade a prestação de serviços referente à Solução Integrada de Segurança Cibernética e o fornecimento de equipamentos de segurança de rede, conforme especificações, quantitativos e demais condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

2.2. As despesas oriundas do objeto desta licitação importarão em até **R\$ 682.037,28 (seiscientos e oitenta e dois mil, trinta e sete reais e vinte e oito centavos)**, conforme especificações técnicas constantes do Anexo I do Edital.

2.3. A despesa decorrente da contratação correrá por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da ALESE, com a seguinte classificação:

- a) Unidade Orçamentária / Função / Subfunção / Programa de Governo / Projeto ou Atividade: 01101.01.126.0009.0187 - Modernização Administrativa e de Tecnologia da Informação;
- b) Categoria econômica / Grupo de despesa / Modalidade de aplicação (Grupo I, II, III e IV): 4.4.90.00 Despesas de Capital - Investimentos - Aplicações Diretas;
- c) Categoria econômica / Grupo de despesa / Modalidade de aplicação (Grupo V): 3.3.90.00 Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas;
- d) Elemento de despesa (Grupo I, II, III e IV): 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente;
- e) Elemento de despesa (Grupo V): 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica.

2.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes deverão efetuar o seu credenciamento junto à plataforma LICITANET – licitações online, no site: www.licitanet.com.br.

3.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

3.1.2. Os interessados em se credenciar no aplicativo poderão obter as informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET - licitações online: www.licitanet.com.br: (34) 3014- 6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade integral do credenciado e na presunção de sua capacidade operacional para realizar as transações inerentes ao pregão.

3.1.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Assembleia ou a LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS EIRELI a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no site.

3.3. As licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso), A licitante que não informar esta condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

3.3.1. A licitante será responsável formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha ainda que por terceiros.

3.3.2. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico antes, durante e após a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Estarão aptos a participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste processo, inclusive quanto à documentação e que estejam obrigatoriamente cadastrados no sistema eletrônico utilizado neste processo.

4.1.1. A participação se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica - LICITANET, observada data e horário limite estabelecido.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2.1. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, para os fins previstos na Lei Complementar nº 123/06.

4.3. A mera declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidades previstas em Lei.

4.3.1. A Pregoeira, considerando o teor do Acórdão TCU nº 298/2011 – Plenário, adotará procedimentos complementares mediante diligência, tais como solicitação de demonstrativos contábeis e/ou outros documentos que julgue necessários, a fim de ratificar o atendimento pelas licitantes às exigências da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3.2. No caso de diligência para fins de verificação, a microempresa ou empresa de pequeno porte quando convocada para enviar proposta e documentos de habilitação, será exigida, a princípio, a disponibilização da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do último exercício social, por fotocópias devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, apresentada na forma da Lei.

4.4. Como condição para participação, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e pela

4.4.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Pregão Eletrônico e seus anexos;

4.4.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.4.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei n.º 8.213/91.

4.4.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5. Não poderão participar do presente Pregão os fornecedores que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º, § 1.º da Lei 14.133/21.

4.6. Estarão impedidos também de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

4.6.1. Estejam cumprindo a sanção de impedimento de contratar com este Poder, durante o prazo da sanção aplicada.

4.6.2. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

4.6.2.1. Havendo qualquer dúvida, sobre a idoneidade da licitante, *poderá*, ser consultado o site (<https://certidoes.cgu.gov.br>) da Controladoria Geral da União e emitida a situação correcional da mesma;

4.6.3. Cuja falência tenha sido decretada ou que estiver em concurso de credores, em processo de recuperação extrajudicial ou judicial, ou em processo de liquidação, dissolução, cisão, fusão ou incorporação;

4.6.3.1. A empresa em recuperação judicial que tiver a certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimentos licitatórios e de comprovação de acolhimento judicial do Plano de Recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, em caso de recuperação judicial; ou homologação judicial do Plano de Recuperação, no caso de recuperação extrajudicial, de forma a possibilitar a habilitação de maior número de empresas, *não será impedida de participar*.

4.6.4. Empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta Contratação.

4.6.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

4.6.6. Empresas reunidas em consórcio.

4.6.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.6.7.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo acima a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure com sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante, também, às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA, CLASSIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.8. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.9. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.10. Todas as especificações do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.11. Valor unitário e total do lote.

5.11.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

5.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.13. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

5.15. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.17. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.18. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

- 5.19.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.20.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.21.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.22.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.23.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.24.** O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.25.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.26.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006.
- 5.27.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.28.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.29.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.30.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.31.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.31.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1.º, da Lei n.º 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

5.31.1.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.31.1.2. Empresas brasileiras;

5.31.1.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.31.1.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.32. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.33. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.34. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.34.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.34.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.35. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.36. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.37. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.37.1. Contiver vícios insanáveis;

5.37.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.37.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.37.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.37.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.38. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.39. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.40. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Os pedidos de esclarecimentos de dúvidas e informações, sobre o presente Edital, poderão ser enviados no Portal www.licitanet.com.br, até 03(três) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública.

6.1.1. Não serão aceitos comunicados verbais, nem pedidos de esclarecimentos formulados após o prazo aqui estabelecido.

6.2. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação será divulgado mediante publicação de notas no endereço www.al.se.leg.br, opção “transparencia” e no Portal www.licitanet.com.br, ficando as licitantes interessadas obrigadas a acessá-las para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

6.3. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

6.3.1. A entrega de proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6.4. Caberá ao (à) Pregoeiro (a), auxiliado pelo setor responsável, decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias, limitado ao último dia útil anterior a data da abertura do certame.

6.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como tal, recebendo o tratamento como mera informação.

6.7. As impugnações deverão ser dirigidas ao (à) Pregoeiro (a) responsável por esta licitação, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), via internet, através do Portal www.licitanet.com.br.

6.8. No momento do oferecimento das impugnações a licitante deverá apresentar procuração com poderes para exercer tais direitos. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa interessada bastará apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação da empresa detentora do melhor preço devem ser encaminhados através do sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação do Pregoeiro. Somente mediante autorização da Pregoeira e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail josiane.costa@al.se.leg.br.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1. SICAF;

7.2.1.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);

7.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>);

7.2.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CADFIMP (<https://sistema.comprasnet.se.gov.br/publico/cadfin.aspx>)

7.2.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3. PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.3.1. No caso de *empresário individual*: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3.2. No caso de *sociedade empresária*: ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

7.3.2.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.3.2.2. CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

7.3.3. No caso de *sociedade simples*: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.3.4. No caso de *microempreendedor individual*, “Certificado de Condição de Microempreendedor Individual” (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no endereço eletrônico, nos termos da Resolução CGSIM n.º 16/09.

7.3.4.1. Ficará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, caso pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/06.

7.3.4.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato

constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de *empresa ou sociedade estrangeira* em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

7.3.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943;

7.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.4.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista exigida neste edital, será(ão) assegurado(s), à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogáveis por igual período, a critério da

Administração deste Poder, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.8.1.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.4.8.1 e implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 §6 da Lei n.º 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação.

7.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

7.5.2. Certidão Negativa de Falência, concordata, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

7.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.5.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3.º do Decreto n.º 8.538, de 2015).

7.5.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

7.5.2.3. A comprovação da situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

SG = Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante.

7.5.2.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 10%** do valor total estimado da contratação.

7.5.2.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.5.2.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

7.5.2.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.6. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.6.1. Os serviços de implantação dos equipamentos e soluções de segurança deverão ser prestados pelo próprio fabricante (Professional Services) ou parceiro (revenda ou assistência técnica) autorizada pelo fabricante.

7.6.2. O licitante deverá comprovar prévia experiência com a execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do edital. Tal comprovação deverá ser feita através da apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação da quantidade fornecida, da qualidade do material, do atendimento, do cumprimento de prazos e demais condições de fornecimento. Para tanto, o (s) atestado (s) deverá (ão) comprovar o prévio fornecimento do objeto licitado em quantidade mínima de **50% (cinquenta por cento)** do total de equipamentos solicitados no edital.

7.6.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de conferir as informações prestadas pelas empresas emitentes dos atestados, através de consultas e visitas, bem como a disponibilidade de equipamentos solicitados junto à PROPONENTE.

7.6.4. A PROPONENTE deve apresentar os seguintes documentos:

7.6.4.1. Declaração do fabricante dos equipamentos que é revenda autorizada e certificando a capacitação da licitante para participação específica no presente procedimento;

7.6.4.2. Certidão vigente de registro e quitação da empresa licitante expedido pelo órgão profissional competente (CREA);

7.6.4.3. Comprovação que possui em seu quadro permanente de profissionais pelo menos um engenheiro eletricista ou um engenheiro de telecomunicações, responsáveis técnicos devidamente registrados no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) na data de abertura do Certame. A comprovação de vínculo empregatício será através da apresentação de cópia autenticada do contrato social da empresa em caso de sócio ou de cópia da carteira de trabalho do profissional em caso de empregado;

7.6.4.4. Declaração de que dispõe de mão-de-obra adequada e disponível, além de local para execução dos serviços técnicos na cidade de Aracaju – SE. Deverão ser apresentados, profissionais técnicos com certificações dos equipamentos fornecidos neste edital, devidamente treinados pelo fabricante para instalar, configurar e manter Soluções de Segurança do Fabricante das Soluções, devendo estes treinamentos técnicos serem comprovados por certificados de qualificação técnica vigentes e estes serão responsáveis pela execução dos serviços;

7.6.4.5. Prospecto com as características técnicas de todos os componentes dos equipamentos, incluindo especificação de marca, modelo e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em websites dos fabricantes na Internet, em que conste o respectivo endereço eletrônico;

7.6.4.6. Indicação exata do modelo de equipamento ofertado na Proposta de Preços, sendo os respectivos catálogos obrigatoriamente de domínio público, ou seja, deverão estar publicados no website do fabricante, comprovando todos os recursos e funcionalidades mínimas exigidas para os equipamentos que irão integrar as características técnicas solicitadas no Anexo I.

7.6.4.7. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.6.4.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.6.4.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.6.4.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.6.4.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.6.4.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.6.4.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.6.4.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.7. DAS DECLARAÇÕES

7.7.1. Declaração expressa do licitante de que se submete aos preceitos legais em vigor, de que fornecerá os materiais em conformidade com o estabelecido e obedecerá as cláusulas e condições deste Edital, explicando ainda o prazo de validade da proposta por 60 (sessenta) dias conforme DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO (Anexo IV);

7.7.2. Para fins de habilitação junto ao certame a empresa deverá ainda apresentar, através do sistema eletrônico – Plataforma LICITANET, assinadas por representante legal da proponente às seguintes declarações:

a)- que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b)- que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

c)- que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

d)- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e)- que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do Artigo 1º, e no Inciso III do Artigo 5º, da Constituição Federal;

f)- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

g)- que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Artigo 4º, da Lei nº 14.133/2021;

7.7.2.1. A falsidade das declarações de que trata este item sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

7.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Pregão e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.12. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado e Declarado vencedor.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

8.1. Ao final da sessão e declarado o vencedor do certame, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, podendo juntar memoriais, ficando os demais licitantes desde logo, intimados para apresentar

contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo lhes assegurada vista imediata aos autos.

8.2. A falta de manifestação imediata e motivada da (s) licitante (s) na sessão importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

8.2.1 Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, enviados por e-mail, bem como os que não contiverem identificação do responsável legal ou preposto da empresa.

8.3. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

8.4. O recurso contra a decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.

8.4.1. E o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sala da Coordenadoria de Licitações e Contratos, no edifício sede deste Poder, nos dias úteis, no horário das 7 às 13 horas (horário local).

8.6. Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente;

8.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Se a empresa vencedora descumprir as condições avençadas ficará sujeita às penalidades estabelecidas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei n.º 14.133/21.

10. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

10.1. A Assembleia poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba as licitantes qualquer reclamação ou direito à indenização ou reembolso.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A participação nesta licitação implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos.

11.2. A Pregoeira não responde pelos prejuízos decorrentes da entrega de documentos em locais e horários diversos dos indicados neste Edital.

11.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

11.4. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente neste Poder.

11.5. É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

11.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos exigidos neste Edital, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

11.6.1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

11.7. No caso de não haver expediente na Ales e ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a participação no certame no dia marcado para a realização desta licitação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

11.8. A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

11.9. É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

11.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

11.11. As responsabilidades assumidas diretamente pela licitante vencedora, não poderão ser transferidas a outrem, no todo ou em parte, subempreitado, cedido ou sublocado, sem a prévia e expressa anuência da Assembleia.

11.12. Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente Edital e submissão às normas nele contidas.

11.13. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

11.14. Os autos do respectivo processo administrativo que originou este Edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

11.15. O extrato de aviso desta licitação estará publicado no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Sergipe, no portal www.licitanet.com.br, e na página da internet deste Poder www.al.se.leg.br, na qual poderá ser realizado o download da íntegra do Edital. Informações adicionais poderão ser prestadas pelo(a) Pregoeiro(a) na sala da Coordenadoria de Licitações e Contratos, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, através dos telefones (79) 3216-6807 ou 3216-6821 ou, nos horários de funcionamento deste Poder de segunda a sexta-feira das 8h00 às 13h00 (horário local) ou através do e-mail josiane.costa@al.se.gov.br

11.16. Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas no portal www.licitanet.com.br e na homepage da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (www.al.se.gov.br), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

11.17. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.18. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação vigente.

11.19. Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

11.20. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.21. Fica eleito o Foro da Comarca de Aracaju para dirimir as questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, com expressa renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

11.22. Fazem parte deste instrumento convocatório os seguintes anexos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II: MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO III: MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICRO-EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO;

ANEXO V: MINUTA DE CONTRATO.

Aracaju (SE), 13 de novembro de 2025.

JEFERSON LUIZ DE ANDRADE / PRESIDENTE

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada em Tecnologia de Informação, que tem por finalidade a prestação de serviços referente à Solução Integrada de Segurança Cibernética e o fornecimento de equipamentos de segurança de rede, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código Igesp	Especificações	Und.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	447.164-4	SOLUÇÃO DE SEGURANÇA E GERÊNCIA DE REDE NGFW	Un.	1	R\$ 203.874,50	R\$ 203.874,50
2	461.688-0	SOLUÇÃO DE GERÊNCIA DE LOGS E RELATORIA	Un.	1	R\$ 88.000,44	R\$ 88.000,44
3	448.940-3	ATIVO DE REDE WIRED (Switch)	Un	6	R\$ 33.175,09	R\$ 199.050,54
4	447.167-9	ATIVO DE REDE WIRELESS	Un.	20	R\$ 8.245,31	R\$ 164.906,20
5	383.004-7	UNIDADE DE SERVIÇOS TÉCNICOS -UST	Un.	20	R\$ 1.310,28	R\$ 26.205,60

1.2. A contratação deve englobar o fornecimento de todo hardware, software, subscrições e, com a conseguinte aquisição, a prestação de serviços de instalação, configuração, suporte técnico e treinamento.

1.3. Os serviços e equipamentos objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

2. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A solução é enquadrada como continuada tendo em vista que são essenciais para o funcionamento do órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

2.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.4. O licitante vencedor assinará o contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da homologação do resultado da licitação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Assembleia Legislativa de Sergipe, por meio da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – COGETIN, tem entre suas competências, viabilizar o acesso seguro, controlado e ágil às informações, através da infraestrutura de Tecnologia da Informação.

3.2. Este processo foi definido em grupo, pois os equipamentos necessitam de total integração entre si, que só é assegurada quando os equipamentos são produzidos pelo mesmo fabricante. Isso garante a eficiência e economicidade do processo. A implantação necessita ser realizada por uma única contratada, caso contrário, teríamos dificuldades em atribuir responsabilidades nos casos de integração, já que tudo faz parte de uma solução. Além disso, o fracionamento encareceria por demais o processo, uma vez que seríamos obrigados a adquirir mais equipamentos, sem garantia de uma completa integração desta solução.

3.3. Salientamos o objeto foi dividido em itens para facilitar o gerenciamento do lote, no entanto é necessário que o fornecedor garanta que as funcionalidades que exigem integração entre as soluções sejam plenamente funcionais e o serviço de suporte técnico seja prestado por profissionais especializados e os treinamentos nas soluções fornecidas.

3.4. A Assembleia Legislativa de Sergipe possui em seu ambiente tecnológico corporativo e crítico as soluções de Firewall Fortinet Fortigate-200F, Ativos de rede wired tipo B Fortswitch-148F-FPOE e Ativos de rede wireless indoor tipo B Fortinet FortiAP-231F adquiridas através do Contrato nº 013/2023 (Processo 010675/2023 e Processo 025964/2023-aditivo), cujo objeto trata-se da “aquisição de soluções de segurança de redes compostas de Solução de Segurança e Gerenciamento de Redes NGFW, Ativos de Rede Wired e Wireless, englobando o fornecimento de todo hardware, software, subscrições, instalação, configuração, suporte técnico, treinamento, reposição de peça para prover segurança e proteção da rede de computadores, com funcionamento pelo período de 36 (trinta e seis) meses. É importante notar que os equipamentos existentes na infraestrutura de TI da ALESE têm como fabricante a empresa Fortinet.

3.5. No entanto, essa solução encontra-se insuficiente para atender as demandas atuais desta Casa Legislativa, já que os dois anexos legislativos (I e II) necessitam de novos equipamentos de pontos de acesso, o firewall necessita de redundância e a grande parte dos switches estão defasados. Além disso, faz-se necessária a aquisição de um software de logs e geração de relatórios para melhor gerenciar as intercorrências existentes nas redes. Essa medida assegura:

3.5.1. Mais segurança da infraestrutura e dos serviços de TI da ALESE, garantindo que a administração pública possa continuar suas atividades essenciais de maneira eficiente.

3.5.2. Gerenciamento eficiente e proativo da infraestrutura de TI, permitindo a rápida identificação e resolução de problemas.

3.5.3. Monitoração contínua e eficaz da infraestrutura de TI, oferecendo a capacidade de prever e responder a eventos que possam impactar as operações.

3.5.4. Aumento do grau de satisfação dos usuários com os serviços de TI, contribuindo para uma administração pública mais eficaz.

3.5.5. Proteção dos dados da ALESE, garantindo a segurança das informações sensíveis.

3.5.6. Adesão e conformidade com a legislação vigente, incluindo o Marco Civil da Internet, garantindo que a Assembleia Legislativa de Sergipe esteja em conformidade com as regulamentações de segurança e privacidade.

3.6. A essencialidade desses serviços pode ser comprovada pela hipótese de sua eventual indisponibilidade, o que causaria impactos severos e até mesmo inviabilização da realização dos trabalhos.

3.7. As Soluções de Segurança de Redes da ALESE estão integradas permitindo notificar em tempo real a todas as estações de trabalho e servidores conectados sobre novas ameaças provenientes da Internet.

3.8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

ÁREA: Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação

- **N.º 4.4:** Aquisição de software para armazenamento de logs e geração de relatórios – PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) – ALESE – 2ª ATUALIZAÇÃO.
- **N.º 4.5:** Aquisição de ativo de rede sem fio (wireless) – ponto de acesso (Access Point) com suporte aos padrões IEE 802.11a, IEEE 802.1b, IEE 802.11g, IEE 802.11n, IEE 802.11ac E IEE 802.11ax – PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) – ALESE – 2ª ATUALIZAÇÃO.
- **N.º 4.6:** Aquisição de equipamento de segurança para proteção e controle de acesso à internet (redes) – PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) – ALESE – 2ª ATUALIZAÇÃO.
- **N.º 4.11:** Aquisição de equipamento switch de comutação de pacotes para implementação de redes de computadores – PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) – ALESE – 2ª ATUALIZAÇÃO.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. Os serviços deverão prover todos os equipamentos, componentes e subcomponentes, objetivando garantir a total conectividade e interoperabilidade, que deverão resultar no perfeito funcionamento do conjunto, com níveis de desempenho adequados aos fins a que se destinam no contexto de melhorias nos Serviços de TI da ALESE.

4.2. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento dos seus técnicos ao local da instalação e da manutenção dos equipamentos, seja para retirada e/ou entrega, incluindo todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes.

4.3. Caso a LICITANTE necessite fornecer hardwares e/ou softwares adicionais não especificados nominalmente neste Termo de Referência, mas necessários para atender as funcionalidades exigidas, o custo desses deverão estar inseridos no preço total ofertado.

4.4. Todos os componentes e subcomponentes objetos deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, sem previsão de descontinuidade anunciada, não se admitindo peças já usadas, reparadas, entre outros, com tecnologia atualizada e avançada, em linha de produção atendendo às características técnicas presentes nos anexos deste Termo de Referência.

4.5. CONTRATADA deverá disponibilizar, para efeito de instalação e suporte da solução proposta, sua garantia e prestação dos serviços, incluindo manutenção corretiva, preventiva, atendimento on-site, remoto e treinamento de acordo com os demais itens deste Termo de Referência, uma equipe com perfil técnico adequado às atividades previstas, com técnicos treinados pelo fabricante para a operação e configuração de todos os componentes ofertados.

4.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar, para efeito dos serviços especializados na área de TI, profissionais com perfil adequado às atividades previstas. A CONTRATANTE poderá, a seu critério, em qualquer tempo, solicitar a substituição total ou parcial da equipe apresentada, caso venha a ser constatado pela COGETIN que a equipe disponibilizada, total ou parcialmente, não detém os conhecimentos técnicos necessários.

4.7. A solução deve prover suporte técnico das licenças na modalidade 24x7, com quantitativo ilimitado de chamados. O suporte técnico pode ser remoto, abrangendo toda e qualquer configuração, instalação de atualizações, patches e fixes de software e das licenças, devendo ser capaz de detectar problemas de software e emitir relatórios à ALESE que indiquem a necessidade de abertura de chamado com o fabricante da Solução de Segurança e Gerência para solicitar o serviço de garantia, durante o período de 36 (trinta e seis) meses.

4.8. Deverão ser disponibilizados para download no site do fabricante, todos os manuais de instalação, configuração e operação do software em sua última versão.

4.9. A subscrição deverá permitir a atualização da versão do software para a versão mais atual disponível no site do fabricante.

4.10. Define-se atualização de versão como direito para atualização dos softwares, incluindo versões maiores (major releases), versões menores (minor releases), versões de manutenção (maintenance/patches releases) e atualizações (updates) que forem disponibilizadas para os softwares especificados neste item, tradicionalmente disponibilizadas através de download a partir do site na Web da Fortinet.

4.11. Devem ser fornecidas as licenças na última versão disponibilizada pelo fabricante.

4.12. O prazo de entrega dos equipamentos é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. A LICITANTE vencedora deverá entrar em contato com Coordenadoria de Material e Patrimônio pelo telefone (79) 3216-6617, no horário das 7h às 13h, com antecedência mínima de 01 (um) dia útil, para marcar a data e o horário da entrega dos equipamentos.

4.13. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante justificativa fundamentada por escrito da CONTRATADA, o qual deverá ser encaminhada à CONTRATANTE.

4.14. Todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços.

4.15. No período de cobertura do contrato, a CONTRATADA deverá atender, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos chamados dentro do prazo mencionado no tempo de atendimento, cujas informações acerca do andamento do chamado podem ser obtidas através da central de atendimento da FABRICANTE.

4.16. Durante o período de Garantia técnica deverá ser permitida a atualização dos firmwares para as versões mais recentes, sem ônus adicional para a ALESE além daquele já cotado na proposta.

4.17. As especificações e características de todos os itens estão detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Indicação de marcas ou modelos

5.1.1. Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com a Justificativa Técnica (Anexo II) e informações contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: Fortinet.

5.2. Subcontratação

5.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Garantia da contratação

5.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Vistoria

5.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução

6.1.1. A CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, deverá iniciar o planejamento para elaboração do Cronograma de instalação do equipamento e licenças, em conjunto com a CONTRATANTE;

6.1.2. Sempre antes de qualquer serviço, a CONTRATADA deve efetuar vistoria técnica no local para análise dos detalhes técnicos para execução dos serviços solicitados e, ocorrendo dúvidas, a CONTRATANTE deve ser acionado para os devidos esclarecimentos;

6.1.3. Os serviços de instalação e manutenção não deverão obstruir o andamento das rotinas de trabalho dos ambientes objetos de intervenção. Quando da intervenção nestes ambientes, será de responsabilidade da CONTRATADA, a recomposição total dos mesmos, deixando os locais totalmente limpos e arrumados, inclusive com relação a algum dano a eles causado quando da execução dos serviços;

6.1.4. Quando da execução dos serviços, os locais de trabalho deverão ser mantidos desobstruídos e bem sinalizados, quando for o caso, de maneira a não comprometer a segurança daqueles que ali trafegam;

6.1.5. Após a execução dos serviços, as áreas deverão ser mantidas limpas, retirando-se toda e qualquer impureza e sobras de materiais;

6.1.6. Para facilitar os procedimentos da CONTRATANTE, a CONTRATADA deve apresentar planilhas específicas, para o local que foi objeto de intervenção, constando relação detalhada dos produtos efetivamente instalados, dos desempenhos esperados e especificação dos procedimentos técnicos e, se couber, dos instrumentos usualmente adotados para se efetuar os testes;

6.1.7. A CONTRATADA, depois de concluído o serviço de instalação da solução, deverá realizar, com acompanhamento dos técnicos da CONTRATANTE, testes de pré-operação para validar que a solução foi instalada de acordo com o Plano de Instalação;

6.1.8. Concluído o serviço de instalação e os testes, a CONTRATADA deverá elaborar a documentação da solução, contendo todas as informações da implantação, como aspectos de arquitetura, configuração, descrição das características e recursos utilizados, testes, integrações e etc.;

6.1.9. A documentação deverá ser emitida com timbre da CONTRATADA e deverá conter nome, data e assinatura do técnico responsável da CONTRATADA;

6.1.10. A documentação deverá ser entregue em meio digital (formatos PDF e DOCx);

- 6.1.11. A documentação deverá ser validada pela equipe técnica da CONTRATANTE, devendo ser ajustada pela CONTRATADA caso seja solicitado.
- 6.1.12. No prazo de até 10 (dez) dias após a aprovação da documentação pela CONTRATANTE, caracterizando a conclusão dos serviços de instalação, configuração e operação assistida, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Homologação;
- 6.1.13. Durante a etapa de homologação, caso a equipe técnica da CONTRATANTE identifique inconformidade na implantação da solução instalada, é de responsabilidade da CONTRATADA, iniciar as devidas correções num prazo de 3 (três) dias úteis após a emissão do relatório de inconformidade;
- 6.1.14. Não haverá custos adicionais à CONTRATANTE para a realização das correções apontadas, sendo necessária a atualização da documentação, que foi entregue na etapa de instalação para que a CONTRATANTE realize nova homologação da solução, iniciando-se um novo prazo a ser acordado entre as partes para resolução definitiva das inconformidades identificadas;
- 6.1.15. São condições para a assinatura do Termo de Homologação do Serviço por parte da CONTRATANTE:
- 6.1.15.1. A CONTRATANTE receber o comunicado da CONTRATADA informando da conclusão dos serviços de instalação;
- 6.1.15.2. A CONTRATANTE concluir a avaliação técnica qualitativa e constatar que não existem inconformidades na solução instalada;
- 6.1.16. A CONTRATANTE deve receber toda documentação atualizada que contempla:
- 6.1.16.1. Visão geral da arquitetura da solução implantada, com desenho da estrutura lógica e física adotada quando necessário;
- 6.1.16.2. Descrição das etapas do processo de instalação, detalhando as opções de configuração adotadas;
- 6.1.16.3. Descrição do funcionamento das soluções, incluindo manuais de utilização dos portais web para visibilidade, para procedimento de abertura de chamado junto a CONTRATADA.
- 6.1.17. Ativação das Licenças:
- 6.1.17.1. As licenças contratadas deverão ser ativadas no ambiente de TI do CONTRATANTE dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato ou do recebimento da ordem de fornecimento;
- 6.1.17.2. A CONTRATADA será responsável por fornecer instruções detalhadas para a ativação das licenças, garantindo que o CONTRATANTE tenha pleno acesso aos serviços de suporte e atualizações fornecidos;
- 6.1.18. Disponibilidade do Suporte:
- 6.1.18.1. O CONTRATANTE terá direito ao suporte técnico especializado, conforme as condições estabelecidas nas licenças adquirida;
- 6.1.18.2. O suporte deverá estar disponível durante o período de vigência da licença e será oferecido por meio de canais de atendimento (portal, telefone, e-mail) que serão indicados pela CONTRATADA;
- 6.1.18.3. Qualquer incidente ou problema relacionado às licenças deverá ser reportado, e a CONTRATADA deverá fornecer resposta inicial e solução conforme os níveis de serviço acordados no contrato.
- 6.1.19. Monitoramento do Contrato:
- 6.1.19.1. A fiscalização do contrato será monitorada pela Coordenadoria Geral de Tecnologia de Informação (COGETIN) do CONTRATANTE, que acompanhará o processo de ativação e o desempenho dos itens contratados;

6.1.19.2. Serão realizados relatórios periódicos de uso e atendimento ao suporte, que deverão ser revisados para garantir que os serviços estejam atendendo às necessidades operacionais do CONTRATANTE.

6.1.20. Documentação e Relatórios:

6.1.20.1. A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE todos os documentos necessários para a gestão das licenças, incluindo manuais de uso, certificados de ativação, termos de suporte e outros documentos relevantes;

6.1.20.2. Ao final do período de licenciamento, a CONTRATADA deverá emitir um comunicado ao CONTRATANTE contendo informações sobre o uso das licenças e possíveis renovações, caso aplicável.

6.1.21. Garantias:

6.1.21.1. A CONTRATADA deverá garantir que as licenças contratadas estejam em total conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Anexo I deste Termo de Referência, garantindo o suporte contínuo e as atualizações de segurança durante o período de vigência do contrato.

6.1.22. Prazo de Vigência:

6.1.22.1. O prazo de vigência do contrato é de 36 (trinta e seis) meses.

6.2. Local da prestação do serviço

6.2.1. Os serviços serão prestados de acordo com os termos previstos neste Termo de Referência e descrito no contrato com a CONTRATADA no seguinte endereço: Sede da ALESE, endereço Av. Ivo do Prado, s/n Palácio Gov. João Alves Filho Centro - CEP: 49010-050.

6.3. Materiais a serem disponibilizados

6.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

a. Documentação técnica;

b. Acesso aos repositórios de software;

c. O acesso ao portal de suporte;

d. Atualizações, patches de segurança e novas versões ao longo do período da subscrição.

6.3.2. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.3.2.1. O prazo de garantia contratual dos serviços será de, no mínimo 36 (trinta e seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

I – Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5.1. As especificações e características de todos os itens estão detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência.

6.5.2. As empresas interessadas em participar dessa licitação devem verificar atentamente as condições estabelecidas no edital e seus anexos, para garantir que suas propostas estão em conformidade com todos os requisitos, especificações e critérios de participação definidos;

6.5.3. A proposta deve descrever as soluções objeto deste Termo de Referência de forma detalhada, apresentando marcas, modelos, versões, serviços a serem prestados e demais informações relevantes, de modo a demonstrar o entendimento integral da contratação;

6.5.4. O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços de acordo com as exigências constantes deste Termo de Referência, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas;

6.5.5. No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos de qualquer natureza (exceto ICMS), impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações;

6.5.6. A composição dos preços deve incidir todos os tributos previstos para os serviços de suporte/assistência técnica, como PIS, COFINS, FUST, FUNTTEL e outros que venham a ser obrigatórios, exceto o ICMS, considerando a isenção de que são favorecidos os órgãos da administração direta, autarquias e fundações estaduais do Estado de Sergipe;

6.5.7. Precedentemente à elaboração da proposta, a licitante deverá observar as cláusulas e disposições deste Termo de Referência, suas informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar desconhecimento supervenientemente;

6.5.8. Recomenda-se que a apresentação da proposta e toda documentação entregue deverá estar numerada em ordem crescente e sequencial;

6.5.9. A equipe técnica da COGETIN se reserva o direito de realizar diligências, visitas técnicas e entrevistas, de modo a certificar-se da veracidade dos documentos apresentados pela empresa proponente;

6.5.10. Será desclassificada a LICITANTE que não atender à solicitação de apresentação de documentação técnica que comprove todas as características técnicas exigíveis neste Documento.

6.6. Suporte Técnico e Níveis de Serviço

6.6.1. Os chamados de suporte técnico e garantia deverão ser abertos por meio de central de abertura de chamados da CONTRATADA, a partir de um número 0800 e ou número local no estado da Sergipe e ou por ambiente WEB, em regime de 24 (vinte e quatro) horas, durante 7 (sete) dias por semana, incluindo-se os dias úteis, feriados e finais de semana, ou por meio de portal na internet. No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à CONTRATANTE um número único de identificação, data e hora de abertura do chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos. Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da CONTRATADA para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível a CONTRATANTE;

6.6.2. Caso a central para abertura de chamados não esteja disponível, os registros dos chamados poderão ocorrer via e-mail, para tanto deverá ser disponibilizados canais necessários;

6.6.3. Os registros de chamado deverão constar as informações fidedignas ao contexto monitorado, informando horários da indisponibilidade e retorno, as intercorrências, se já houve chamado aberto e ações efetuadas para resolver o incidente;

6.6.4. A CONTRATADA deverá realizar os atendimentos através de plantão técnico de suporte on-site 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana;

6.6.5. A CONTRATADA deverá atuar de forma proativa, principalmente nos casos críticos de indisponibilidade, antecipando-se aos problemas das soluções deste termo, garantindo a qualidade do serviço estabelecida nos Níveis Mínimos de Serviço, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos relacionados com indisponibilidade e desempenho das soluções operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana;

6.6.6. A CONTRATADA deve observar os procedimentos destinados a recolocar em perfeito estado de operação os serviços e equipamentos tais como:

6.6.6.1. No que tange ao hardware: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrentes de falhas no hardware, fornecimento de peças de reposição, substituição de hardware, atualização da versão de drivers, firmwares e software básico, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

6.6.6.2. No que tange a software: desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrentes de falhas no software, atualização da versão de software, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

6.6.7. O provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de garantia técnica especificado;

6.6.8. Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços e ainda:

6.6.8.1. A CONTRATADA após a realização dos serviços de manutenção deve apresentar um Relatório contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, as providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deve ser homologado pela CONTRATANTE, através do gestor do contrato;

6.6.8.2. Os acionamentos dos serviços serão requisitados por meio de chamados (tickets), a serem abertos pelo CONTRATANTE através de número de telefone nacional disponibilizado pela CONTRATADA. Alternativamente os chamados poderão ser abertos por e-mail ou site, desde que a utilização deste canal seja célere o suficiente para permitir o adequado atendimento ao objeto contratual;

6.6.8.3. Não haverá limitação no número de chamados que poderão ser abertos;

6.6.9. A CONTRATADA manterá registro de todos os chamados abertos, disponibilizando, para cada um, no mínimo as seguintes informações:

6.6.9.1. Número sequencial da ordem;

6.6.9.2. Data e hora de abertura;

6.6.9.3. Severidade;

6.6.9.4. Descrição do problema;

6.6.9.5. Data e hora do início do atendimento;

6.6.9.6. Data e hora de término do atendimento (solução).

6.6.10. A CONTRATADA deverá prever os seguintes Níveis de Serviços:

6.6.10.1. Atendimento técnico emergencial local para indisponibilidade total dos serviços:

6.6.10.1.1. Em até 02 (duas) horas.

6.6.10.2. Atendimento técnico emergencial local para indisponibilidade parcial ou degradação dos tempos de acesso e resposta dos serviços:

6.6.10.2.1. Em até 04 (quatro) horas.

6.6.10.3. Atendimento técnico para análises, alterações de parâmetros, consulta e suporte geral em até 24 (vinte e quatro) horas.

6.6.10.4. Não serão consideradas indisponibilidades as seguintes situações:

6.6.10.4.1. Paradas programadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE. Neste caso, a autorização deve ser solicitada pela CONTRATADA com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência;

6.6.10.4.2. Paradas ocasionadas nos equipamentos por erros de configuração causados pelo CONTRATANTE, sem responsabilidade da CONTRATADA;

6.6.10.4.3. Paradas ocasionadas por casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

6.6.10.5. A ausência de dados coletados pela contratada poderá ser considerada indisponibilidade;

6.6.11. PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

6.6.11.1. Na hipótese de não atendimento aos níveis de serviço especificados, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no regulamento de licitações e contratos da CONTRATANTE, serão aplicadas as penalidades:

Penalidades por cada hora completa que exceder os níveis de acordo	Tipo Indisponibilidade
0,10%	Indisponibilidade Total
0,05%	Indisponibilidade Parcial

6.6.11.1. As penalidades previstas na tabela acima serão calculadas tomando como base o valor da solução do contrato e serão descontadas do valor da garantia contratual, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada;

6.6.11.2. Caso a penalidade a ser aplicada seja superior ao valor da garantia contratual prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

6.6.11.3. A garantia contratual deverá ser restabelecida integralmente, caso tenha incidido qualquer desconto sobre o valor desta;

6.6.11.4. O valor da penalidade no período será igual ao somatório das penalidades de cada ocorrência de não atendimento dos níveis de serviço especificados;

6.6.11.5. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A gestão do contrato será pela Diretoria Administrativa na pessoa do Sr. Roberto Bispo de Lima que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.8. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

8.2. A fiscalização do contrato será pela Coordenadoria Geral de Tecnologia de Informação na pessoa da Sra. Alessandra Barreto Melo que acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

8.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva **renovação** ou à prorrogação contratual;

8.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

8.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Verificação da Conformidade com a Entrega:

9.1.1. A medição será realizada com base na entrega efetiva dos itens contratados, mediante o recebimento do relatório de medição emitido pela CONTRATADA, comprovando o direito de uso do software pelo período especificado para cada lote;

9.1.2. A entrega será considerada concluída quando o CONTRATANTE confirmar, por meio de documento de aceite, que os produtos foram entregues e os serviços foram devidamente executados, conforme os termos do contrato.

9.2. Processo de Medição:

9.2.1. A medição será feita após a ativação de todas as licenças contratadas e ao final de cada produto e/ou serviço entregue, de acordo com as especificações previstas no Anexo I deste Termo de Referência;

9.2.2. Caso o fornecimento seja fracionado, poderão ser realizadas medições parciais, desde que acordado entre as partes.

9.3. Critérios de Pagamento:

9.3.1. O pagamento será efetuado em parcelas, após a conclusão da medição e a aceitação formal dos produtos pelo CONTRATANTE;

9.3.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente atestada pela Coordenadoria Geral de Tecnologia de Informação – COGETIN, e após o recebimento e aceitação dos documentos de conformidade e garantia;

9.3.3. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta indicada pela CONTRATADA.

9.4. Penalidades e Retenções:

9.4.1. Caso sejam identificadas não conformidades durante a verificação da entrega, o pagamento poderá ser suspenso até que a CONTRATANTE realize as correções necessárias, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

9.4.2. Será aplicada retenção de tributos conforme a legislação vigente, sendo descontados diretamente no momento do pagamento.

10. DO RECEBIMENTO

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais dos contratos, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133);

10.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

10.1.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

10.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.2.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

10.2.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

10.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

10.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

10.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. DA LIQUIDAÇÃO

11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

11.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- f) o valor a pagar; e

g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

12.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de preços ao Consumidor (INPC/IBGE) de correção monetária.

12.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

13.2. Das Exigências de Habilitação

13.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.2.1.1. Da Habilitação Jurídica

13.2.1.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

13.2.1.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.1.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.2.1.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.1.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

13.2.1.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.1.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.2.1.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

13.2.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.2. Da habilitação fiscal, social e trabalhista

13.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.2.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.2.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.2.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.2.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.2.3. Da Qualificação Econômico-Financeira

13.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

13.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.2.4.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

13.2.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

13.2.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.2.4.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

13.2.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.2.5. Da Qualificação Técnica:

13.2.5.1. Os serviços de implantação dos equipamentos e soluções de segurança deverão ser prestados pelo próprio fabricante (Professional Services) ou parceiro (revenda ou assistência técnica) autorizada pelo fabricante.

13.2.5.2. O licitante deverá comprovar prévia experiência com a execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do edital. Tal comprovação deverá ser feita através da apresentação de Atestado (s) de Capacidade Técnica (ACT), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, com indicação da quantidade fornecida, da qualidade do material, do atendimento, do cumprimento de prazos e demais condições de fornecimento. Para tanto, o (s) atestado (s) deverá (ão) comprovar o prévio fornecimento do objeto licitado em quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) do total de equipamentos solicitados no edital.

13.2.5.3. Os atestados deverão ser impressos em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com o serviço ofertado pela PROPONENTE.

13.2.5.4. A CONTRATANTE se reserva o direito de conferir as informações prestadas pelas empresas emitentes dos atestados, através de consultas e visitas, bem como a disponibilidade de equipamentos solicitados junto à PROPONENTE.

13.2.5.5. A PROPONENTE deve apresentar os seguintes documentos:

13.2.5.5.1. Declaração do fabricante dos equipamentos que é revenda autorizada e certificando a capacitação da licitante para participação específica no presente procedimento;

13.2.5.5.2. Certidão vigente de registro e quitação da empresa licitante expedido pelo órgão profissional competente (CREA);

13.2.5.5.3. Comprovação que possui em seu quadro permanente de profissionais pelo menos um engenheiro eletricista ou um engenheiro de telecomunicações, responsáveis técnicos devidamente registrados no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) na data de abertura do Certame. A comprovação de vínculo empregatício será através da apresentação de cópia autenticada do contrato social da empresa em caso de sócio ou de cópia da carteira de trabalho do profissional em caso de empregado;

13.2.5.5.4. Declaração de que dispõe de mão-de-obra adequada e disponível, além de local para execução dos serviços técnicos na cidade de Aracaju – SE. Deverão ser apresentados, profissionais técnicos com certificações dos equipamentos fornecidos neste edital, devidamente treinados pelo fabricante para instalar, configurar e manter Soluções de Segurança do Fabricante das Soluções, devendo estes treinamentos técnicos serem comprovados por certificados de qualificação técnica vigentes e estes serão responsáveis pela execução dos serviços;

13.2.5.5.5. Prospecto com as características técnicas de todos os componentes dos equipamentos, incluindo especificação de marca, modelo e outros elementos que, de forma inequívoca, identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em websites dos fabricantes na Internet, em que conste o respectivo endereço eletrônico;

13.2.5.5.6. Indicação exata do modelo de equipamento ofertado na Proposta de Preços, sendo os respectivos catálogos obrigatoriamente de domínio público, ou seja, deverão estar publicados no website do fabricante, comprovando todos os recursos e funcionalidades

mínimas exigidas para os equipamentos que irão integrar as características técnicas solicitadas no Anexo I.

13.2.5.6. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

13.2.5.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

13.2.5.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.2.5.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

13.2.5.6.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

13.2.5.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

13.2.5.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

13.2.5.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.

14.2. Proporcionar todas as facilidades à boa execução dos serviços objeto deste Termo, permitindo o acesso aos funcionários da empresa vencedora, devidamente identificados, ao local da prestação dos serviços.

14.3. Disponibilizar espaço físico adequado para guarda de equipamentos e materiais da licitante vencedora;

14.4. Exercer a fiscalização dos serviços de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo, ainda, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela empresa vencedora.

14.5. Dar ciência à empresa vencedora imediatamente sobre qualquer falha ou anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.

14.6. Notificar à licitante vencedora, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo, se necessário, para a sua correção.

14.7. Proceder à conferência das notas fiscais/faturas correspondentes;

14.8. Efetuar o pagamento à empresa vencedora de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo, na licitação e no Contrato.

14.9. Designar o (s) gestor (es) do Contrato, dentre os servidores da ALESE, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual e atestar o recebimento dos serviços.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Realizar os serviços com mão de obra especializada, em acordo com as boas práticas do setor e em conformidade com as normas pertinentes da ABNT.

15.2. Manter na Contratante, sempre atualizado, contato para comunicação com os seus profissionais.

15.3. Apresentar, no ato da assinatura do Contrato, para aprovação prévia da Contratante, a relação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços na forma exigida neste Termo.

15.4. Cumprir e fazer com que seus funcionários cumpram as normas internas, de segurança e medicina do trabalho, disciplinares e demais regulamentos da Contratante.

15.5. Substituir, sempre que exigido pela fiscalização, qualquer funcionário que demonstrar incapacidade técnica ou comportamento prejudicial no andamento dos serviços.

15.6. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução dos serviços objeto contratado.

15.7. Comunicar imediatamente à fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional e que atente contra o patrimônio da Contratante, para que sejam adotadas as providências necessárias.

15.8. Arcar com todos os ônus necessários à completa e correta execução dos serviços, inclusive impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre os serviços objeto do Contrato, bem como os encargos técnicos e de seguro de acidente do trabalho.

15.9. Responder, civil e legalmente, por quaisquer danos ocasionados a ALESE e/ou a terceiros, nos locais de trabalho, em razão de sua omissão ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante.

15.10. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo e na licitação, quando da realização do pagamento pela Contratante, comunicando, imediatamente a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição, nos termos da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores.

15.11. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Termo, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados.

15.12. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Item	Código Igesp	Especificações	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	447.164-4	SOLUÇÃO DE SEGURANÇA E GERÊNCIA DE REDE NGFW	Un.	1	R\$ 203.874,50	R\$ 203.874,50
2	461.688-0	SOLUÇÃO DE GERÊNCIA DE LOGS E RELATORIA	Un.	1	R\$ 88.000,44	R\$ 88.000,44
3	448.940-3	ATIVO DE REDE WIRED (Switch)	Un	6	R\$ 33.175,09	R\$ 199.050,54
4	447.167-9	ATIVO DE REDE WIRELESS	Un.	20	R\$ 8.245,31	R\$ 164.906,20
5	383.004-7	UNIDADE DE SERVIÇOS TÉCNICOS -UST	Un.	20	R\$ 1.310,28	R\$ 26.205,60
VALOR GLOBAL TOTAL						R\$ 682.037,28

16.1. A estimativa total do valor da contratação é de **R\$ 682.037,28**.

16.2. A pesquisa de preços está anexada nos autos processuais.

16.3. O valor estimado final da contratação será público apenas imediatamente após o encerramento do prazo para envio de lances ou das propostas, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. O objeto, Aquisição Integrada de Rede, está dividido nos seguintes grupos:

- Grupo I: Solução de Segurança e Gerência de rede NGFW;
- Grupo II: Solução de Gerência de Logs e Relatoria;
- Grupo III: Ativo de Rede Wired (Switch);
- Grupo IV: Ativo de Rede Wireless;
- Grupo V: Unidade de Serviços Técnicos.

17.2. A despesa decorrente da contratação correrá por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento da ALESE, com a seguinte classificação:

- a) Unidade Orçamentária / Função / Subfunção / Programa de Governo / Projeto ou Atividade: 01101.01.126.0009.0187 - Modernização Administrativa e de Tecnologia da Informação;
- b) Categoria econômica / Grupo de despesa / Modalidade de aplicação (Grupo I, II, III e IV): 4.4.90.00 Despesas de Capital - Investimentos - Aplicações Diretas;
- c) Categoria econômica / Grupo de despesa / Modalidade de aplicação (Grupo V): 3.3.90.00 Despesas Correntes - Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas;
- d) Elemento de despesa (Grupo I, II, III e IV): 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente;
- e) Elemento de despesa (Grupo V): 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica.

Daniel Marques Belem/ Coordenador Geral de Tecnologia da Informação

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. ITEM 01 - SOLUÇÃO DE SEGURANÇA E GERÊNCIA DE REDE NGFW – TIPO I

1.1. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO:

1.1.1. Solução baseada em appliance. Para maior segurança, não serão aceitos equipamentos de propósito genérico (PCs ou servidores) sobre os quais poderiam instalar-se e/ou executar um sistema operacional regular como Microsoft Windows, FreeBSD, SUN Solaris, Apple OS-X ou GNU/Linux.

1.1.2. A solução poderá ser composta por mais de um equipamento para atender as funcionalidades exigidas, desde que todos os itens sejam do mesmo fabricante garantindo total compatibilidade e integração, desde que ocupem até 4U, no máximo.

1.1.3. Deve possuir e estar licenciado durante a vigência contratual de 36 (trinta e seis meses), minimamente com as seguintes funcionalidades: Firewall, Traffic Shapping, QoS, recursos de SD-WAN, Filtro de Conteúdo Web, Antivírus, AntiSpam, Detecção e Prevenção de Intrusos (IPS), VPN IPSec e SSL, Controle de Aplicações e contextos virtuais

1.1.4. Deve possuir fonte de alimentação com chaveamento automático 110/220V redundante. A fonte fornecida Deve suportar sozinha a operação da unidade com todos os módulos de interface ativos.

1.1.5. Deve possuir firewall com capacidade mínima de processamento de 11 (onze) Gbps.

1.1.6. Deve possuir IPS com capacidade mínima de processamento de 4 (quatro) Gbps.

1.1.7. Proteção contra ameaças avançadas (Threat Protection) com capacidade mínima de processamento de 3 (três) Gbps, contemplando as funções de Firewall, IPS, controle de aplicação e proteção contra Malware/Antivírus ativadas de maneira simultâneas.

1.1.8. Deve possuir Inspeção SSL Throughput com capacidade mínima de processamento de 3 (três) Gbps.

1.1.9. Deve possuir VPN com capacidade de, pelo menos, 10 (dez) Gbps de tráfego IPSec.

1.1.10. Deve suportar 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) conexões simultâneas.

1.1.11. Deverão ser licenciados para suportar, pelo menos, 400 (quatrocentos) usuários de VPN SSL.

1.1.12. Deve suportar, pelo menos, 200.000 (duzentos mil) novas conexões por segundo.

1.1.13. Deve suportar, pelo menos, 1.500 (mil e quinhentos) túneis de VPN Site-Site.

1.1.14. Deve suportar, pelo menos, 10.000 (dez mil) túneis de VPN Client-Site.

1.1.15. Deve possuir, pelo menos, 04 (quatro) interfaces SFP+ 10GE.

1.1.16. Deve possuir, pelo menos, 06 (seis) interfaces SFP 1GE.

1.1.17. Deve possuir, pelo menos, 14 (quatorze) interfaces RJ 45.

1.1.18. Deve incluir licença para a funcionalidade de VPN SSL.

1.1.19. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Wireless, ao menos, 100 (cem) equipamentos.

1.1.20. Deve ser capaz de gerenciar, via funcionalidade de Controladora Switch, ao menos, 60(sessenta) equipamentos.

1.1.21. Deverá ser compatível com o ITEM 02- Unidade Centralizada de Armazenamento de Logs e Relatoria.

1.1.22. Deve possuir licença para atualização de firmware e atualização automática de bases de dados de todas as funcionalidades de segurança durante a vigência contratual.

1.1.23. Deverá ser fornecida toda documentação técnica, bem como manual de utilização, em português do Brasil ou em inglês.

1.2. FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS

1.2.1. Deve possuir controle de acesso à internet por endereço IP de origem e destino;

1.2.2. Deve possuir controle de acesso à internet por sub rede;

1.2.3. Deve suportar tags de VLAN (802.1q);

1.2.4. Deve possuir ferramenta de diagnóstico do tipo tcpdump;

- 1.2.5. Deve possuir integração com servidores de autenticação RADIUS, LDAP e Microsoft Active Directory;
- 1.2.6. Deve possuir integração com tokens para autenticação de 02 (dois) fatores;
- 1.2.7. Deve suportar single-sign-on para Active Directory, RADIUS;
- 1.2.8. Deve possuir métodos de autenticação de usuários para qualquer aplicação que se execute sob os protocolos TCP (HTTP, HTTPS, FTP e Telnet);
- 1.2.9. Deve possuir a funcionalidade de tradução de endereços estáticos – NAT (Network Address Translation), um para um, vários para um, NAT64, NAT46, PAT, STUN e Full Cone NAT;
- 1.2.10. Deve permitir controle de acesso à internet por períodos do dia, permitindo a aplicação de políticas por horários e por dia da semana;
- 1.2.11. Deve permitir controle de acesso à internet por domínio, por exemplo: gov.br, org.br, edu.br;
- 1.2.12. Deve possuir a funcionalidade de fazer tradução de endereços dinâmicos, muitos para um, PAT;
- 1.2.13. Deve suportar roteamento estático e dinâmico RIP V1, V2, OSPF, ISIS e BGPv4;
- 1.2.14. Deve possuir funcionalidades de DHCP Cliente, Servidor e Relay;
- 1.2.15. Deve suportar aplicações multimídia, como: H.323 e SIP;
- 1.2.16. Deve possuir tecnologia de firewall do tipo Statefull;
- 1.2.17. Deve suportar alta disponibilidade (HA), trabalhando no esquema de redundância do tipo Ativo-Passivo e também Ativo-Ativo, com divisão de carga, com todas as licenças de software habilitadas para tal sem perda de conexões;
- 1.2.18. Deve permitir o funcionamento em modo transparente tipo “bridge” sem alterar o endereço MAC do tráfego;
- 1.2.19. Deve suportar PBR – Policy Based Routing;
- 1.2.20. Deve permitir a criação de VLANS no padrão IEEE 802.1q;
- 1.2.21. Deve possuir conexão entre estação de gerência e appliance criptografada, tanto em interface gráfica, quanto em CLI (linha de comando);
- 1.2.22. Deve permitir filtro de pacotes quando estiver operando em camada 2;
- 1.2.23. Deve permitir forwarding de camada 2 para protocolos não IP;
- 1.2.24. Deve suportar forwarding multicast;
- 1.2.25. Deve suportar roteamento multicast PIM Sparse Mode e Dense Mode;
- 1.2.26. Deve permitir criação de serviços por porta ou conjunto de portas dos seguintes protocolos: TCP, UDP, ICMP e IP;
- 1.2.27. Deve permitir o agrupamento de serviços;
- 1.2.28. Deve permitir o filtro de pacotes sem a utilização de NAT;
- 1.2.29. Deve permitir a abertura de novas portas por fluxo de dados para serviços que requerem portas dinâmicas;
- 1.2.30. Deve possuir mecanismo de anti-spoofing;
- 1.2.31. Deve permitir criação de regras definidas pelo usuário;
- 1.2.32. Deve permitir o serviço de autenticação para tráfego HTTP e FTP;
- 1.2.33. Deve permitir IP/MAC binding, permitindo que cada endereço IP possa ser associado a um endereço MAC, gerando maior controle dos endereços internos e impedindo o IP spoofing;
- 1.2.34. Deve possuir a funcionalidade de balanceamento e contingência de links;
- 1.2.35. Deve suportar sFlow;
- 1.2.36. O dispositivo Deve ter técnicas de detecção de programas de compartilhamento de arquivos (peer-to-peer) e de mensagens instantâneas.
- 1.2.37. Deve permitir autenticação de usuários em base local, servidor LDAP, RADIUS e TACACS;
- 1.2.38. Deve permitir a criação de regras baseada em usuário, grupo de usuários, endereço IP, FQDN, tipo de dispositivo, horário, protocolo e aplicação;
- 1.2.39. Deve suportar certificados X.509, SCEP, Certificate Signing Request (CSR) e OCSP;

- 1.2.40. Deve permitir funcionamento em modo bridge, router, proxy explícito, sniffer e/ou VLAN-tagged;
- 1.2.41. Deve possuir mecanismo de tratamento (session-helpers ou ALGs) para os protocolos ou aplicações dcerpc, dns-tcp, dns-udp, ftp, H.245 I, H.245 O, H.323, MGCP, MMS, PMAP, PPTP, RAS, RSH, SIP, TFTP, TNS;
- 1.2.42. Deve suportar SIP, H.323 e SCCP NAT Traversal;
- 1.2.43. Deve permitir a criação de objetos e agrupamento de objetos de usuários, redes, FQDN, protocolos e serviços para facilitar a criação de regras;
- 1.2.44. Deve possuir porta de comunicação serial ou USB para testes e configuração do equipamento, com acesso protegido por usuário e senha.

1.3. FUNCIONALIDADE DE TRAFFIC SHAPING E PRIORIZAÇÃO DE TRÁFEGO

- 1.3.1. Deve permitir o controle e a priorização do tráfego, priorizando e garantindo banda para as aplicações (inbound/outbound), através da classificação dos pacotes (Shaping), criação de filas de prioridade, gerência de congestionamento e QoS;
- 1.3.2. Deve permitir modificação de valores DSCP para o DiffServ;
- 1.3.3. Deve permitir priorização de tráfego e suportar ToS;
- 1.3.4. Deve limitar individualmente a banda utilizada por programas, tais como: peer-to-peer, streaming, chat, VoIP e Web;
- 1.3.5. Deve integrar-se ao serviço de diretório padrão LDAP, inclusive o Microsoft Active Directory, reconhecendo grupos de usuários cadastrados;
- 1.3.6. Deve prover funcionalidade de identificação transparente de usuários cadastrados no Microsoft Active Directory e LDAP;
- 1.3.7. Deve controlar (limitar ou expandir) individualmente a banda utilizada por grupo de usuários do Microsoft Active Directory e LDAP;
- 1.3.8. Deve permitir definir banda máxima e banda garantida para um usuário, IP, grupo de IPs, protocolo e aplicação;
- 1.3.9. Deve controlar (limitar ou expandir) individualmente a banda utilizada por subrede de origem e destino;
- 1.3.10. Deve controlar (limitar ou expandir) individualmente a banda utilizada por endereço IP de origem e destino;

1.4. FUNCIONALIDADE DE ANTI-SPAM DE GATEWAY

- 1.4.1. Deve permitir, na funcionalidade de anti-spam, verificação do cabeçalho SMTP do tipo MIME;
- 1.4.2. Deve possuir filtragem de e-mail por palavras chaves;
- 1.4.3. Deve permitir adicionar rótulo ao assunto da mensagem quando classificado como SPAM;
- 1.4.4. Deve possuir, para a funcionalidade de anti-spam, o recurso de RBL;
- 1.4.5. Deve permitir a checagem de reputação da URL no corpo mensagem de correio eletrônico;

1.5. FUNCIONALIDADE DE FILTRO DE CONTEÚDO WEB

- 1.5.1. Deve possuir solução de filtro de conteúdo Web integrado à solução de segurança;
- 1.5.2. Deve possuir, pelo menos, 60 (sessenta) categorias para classificação de sites Web;
- 1.5.3. Deve possuir base mínima contendo 60.000.000 (sessenta milhões) de sites internet Web já registrados e classificados;
- 1.5.4. Deve possuir a funcionalidade de cota de tempo de utilização por categoria;
- 1.5.5. Deve possuir categoria exclusiva, no mínimo, para os seguintes tipos de sites Web, como:
- 1.5.6. Proxy anônimo;
- 1.5.7. Webmail;

- 1.5.8. Instituições de saúde;
- 1.5.9. Notícias;
- 1.5.10. Phishing;
- 1.5.11. Hackers;
- 1.5.12. Pornografia;
- 1.5.13. Racismo;
- 1.5.14. Websites pessoais;
- 1.5.15. Compras;
- 1.5.16. Deve permitir a monitoração do tráfego internet sem bloqueio de acesso aos usuários;
- 1.5.17. Deve permitir a criação de categorias personalizadas;
- 1.5.18. Deve permitir a reclassificação de sites Web, tanto por URL, quanto por endereço IP;
- 1.5.19. Deve prover Termo de Responsabilidade on-line, podendo ser customizável, aceitando idioma português, para aceite pelo usuário, a ser apresentado toda vez que quando houver tentativa de acesso a determinado serviço permitido ou bloqueado;
- 1.5.20. Deve integrar-se ao serviço de diretório padrão LDAP, inclusive o Microsoft Active Directory, reconhecendo contas e grupos de usuários cadastrados;
- 1.5.21. Deve prover funcionalidade de identificação transparente de usuários cadastrados no Microsoft Active Directory;
- 1.5.22. Deve exibir mensagem de bloqueio customizável pelos Administradores para resposta aos usuários na tentativa de acesso a recursos proibidos pela política de segurança;
- 1.5.23. Deve permitir a filtragem de todo o conteúdo do tráfego WEB de URLs conhecidas como fonte de material impróprio e códigos (programas/scripts) maliciosos em applets Java, cookies e activeX, através de base de URL própria atualizável;
- 1.5.24. Deve permitir o bloqueio de páginas Web através da construção de filtros específicos com mecanismo de busca textual;
- 1.5.25. Deve permitir a criação de listas personalizadas de URLs permitidas (lista branca) e bloqueadas (lista negra);
- 1.5.26. Deve permitir o bloqueio de URLs inválidas, cujo campo CN do certificado SSL não contenha um domínio válido;
- 1.5.27. Deve filtrar o conteúdo baseado em categorias em tempo real;
- 1.5.28. Deve garantir que as atualizações regulares do produto sejam realizadas sem interromper a execução dos serviços de filtragem de conteúdo Web;
- 1.5.29. Deve permitir a criação de regras para acesso/bloqueio por grupo de usuários do serviço de diretório LDAP;
- 1.5.30. Deve permitir a criação de regras para acesso/bloqueio por endereço IP de origem;
- 1.5.31. Deve permitir a criação de regras para acesso/bloqueio por sub rede de origem;
- 1.5.32. Deve ser capaz de categorizar a página Web, tanto pela sua URL, como pelo seu endereço IP;
- 1.5.33. Deve permitir o bloqueio de páginas Web por classificação como páginas que facilitem a busca de áudio, vídeo e URLs originadas de spams;
- 1.5.34. Deve possuir Proxy Explícito e Transparente;
- 1.5.35. Deve implementar roteamento WCCP e ICAP;

1.6. FUNCIONALIDADE DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO

- 1.6.1. Deve permitir que seja definido, através de regra por IP origem, IP destino, protocolo e porta, qual tráfego será inspecionado pelo sistema de detecção de intrusão;
- 1.6.2. Deve possuir base de assinaturas de IPS com, pelo menos, 3.500 (três mil e quinhentas) ameaças conhecidas;
- 1.6.3. Deve estar orientado à proteção de redes;
- 1.6.4. Deve permitir funcionar em modo transparente, sniffer e router;
- 1.6.5. Deve possuir tecnologia de detecção baseada em assinaturas que sejam atualizadas automaticamente;
- 1.6.6. Deve permitir a criação de padrões de ataque manualmente;

- 1.6.7. Deve possuir integração à plataforma de segurança;
- 1.6.8. Deve possuir capacidade de remontagem de pacotes para identificação de ataques;
- 1.6.9. Deve possuir capacidade de agrupar assinaturas para um determinado tipo de ataque. Exemplo: agrupar todas as assinaturas relacionadas a web-server, para que seja usado para proteção específica de Servidores Web;
- 1.6.10. Deve possuir capacidade de análise de tráfego para a detecção e bloqueio de anomalias, como Denial of Service (DoS) do tipo Flood, Scan, Session e Sweep;
- 1.6.11. Deve possuir mecanismos de detecção/proteção de ataques;
- 1.6.12. Deve possuir reconhecimento de padrões;
- 1.6.13. Deve possuir análise de protocolos;
- 1.6.14. Deve possuir detecção de anomalias;
- 1.6.15. Deve possuir detecção de ataques de RPC (Remote Procedure Call);
- 1.6.16. Deve possuir proteção contra-ataques de Windows ou NetBios;
- 1.6.17. Deve possuir proteção contra-ataques de SMTP (Simple Message Transfer Protocol), IMAP (Internet Message Access Protocol), Sendmail ou POP (Post Office Protocol);
- 1.6.18. Deve possuir proteção contra-ataques DNS (Domain Name System);
- 1.6.19. Deve possuir proteção contra-ataques a FTP, SSH, Telnet e rlogin;
- 1.6.20. Deve possuir proteção contra-ataques de ICMP (Internet Control Message Protocol);
- 1.6.21. Deve possuir métodos de notificação de detecção de ataques;
- 1.6.22. Deve possuir alarmes na console de administração;
- 1.6.23. Deve possuir alertas via correio eletrônico;
- 1.6.24. Deve possuir monitoração do comportamento do appliance, mediante SNMP. O dispositivo Deve ser capaz de enviar traps de SNMP quando ocorrer um evento relevante para a correta operação da rede;
- 1.6.25. Deve ter a capacidade de resposta/logs ativa a ataques;
- 1.6.26. Deve prover a terminação de sessões via TCP resets;
- 1.6.27. Deve gerar os logs de sessões;
- 1.6.28. Deve atualizar automaticamente as assinaturas para o sistema de detecção de intrusos;
- 1.6.29. Deve mitigar os efeitos dos ataques de negação de serviços;
- 1.6.30. Deve permitir a criação de assinaturas personalizadas;
- 1.6.31. Deve possuir filtros de ataques por anomalias;
- 1.6.32. Deve permitir filtros de anomalias de tráfego estatístico de: flooding, scan, source e destination session limit;
- 1.6.33. Deve permitir filtros de anomalias de protocolos;
- 1.6.34. Deve suportar reconhecimento de ataques de DoS, reconnaissance, exploits e evasion;
- 1.6.35. Deve suportar verificação de ataque na camada de aplicação;
- 1.6.36. Deve suportar verificação de tráfego em tempo real, via aceleração de hardware;
- 1.6.37. Deve possuir as seguintes estratégias de bloqueio: pass, drop e reset.

1.7. FUNCIONALIDADE DE VPN

- 1.7.1. Deve possuir algoritmos de criptografia para túneis VPN: AES, DES, 3DES;
- 1.7.2. Deve possuir suporte a certificados PKI X.509 para construção de VPNs;
- 1.7.3. Deve possuir suporte a VPNs IPSec Site-to-Site e VPNs IPSec Client-to-Site;
- 1.7.4. Deve possuir suporte a VPN SSL;
- 1.7.5. Deve possuir capacidade de realizar SSL VPNs utilizando certificados digitais;
- 1.7.6. Deve possuir hardware acelerador criptográfico para incrementar o desempenho da VPN;
- 1.7.7. A VPN SSL Deve suportar cliente para plataforma Windows, Linux e Mac OS X;
- 1.7.8. Deve permitir a arquitetura de VPN hub and spoke;
- 1.7.9. Deve possuir suporte à inclusão em autoridades certificadoras (enrollment), mediante SCEP (Simple Certificate Enrollment Protocol) e mediante arquivos.

1.8. FUNCIONALIDADE DE CONTROLE DE APLICAÇÕES

- 1.8.1. Deve reconhecer, no mínimo, 2.000 (duas mil) aplicações;
- 1.8.2. Deve possuir, pelo menos, 10 (dez) categorias para classificação de aplicações;
- 1.8.3. Deve possuir categoria exclusiva, no mínimo, para os seguintes tipos de aplicações, como:
- 1.8.4. P2P
- 1.8.5. Instant Messaging;
- 1.8.6. Web client;
- 1.8.7. Transferência de arquivos;
- 1.8.8. VoIP;
- 1.8.9. Deve permitir a monitoração do tráfego de aplicações sem bloqueio de acesso aos usuários;
- 1.8.10. Deve ser capaz de controlar aplicações independente do protocolo e porta utilizados, identificando-as apenas pelo comportamento de tráfego da mesma;
- 1.8.11. Deve integrar-se ao serviço de diretório padrão LDAP, inclusive o Microsoft Active Directory, reconhecendo grupos de usuários cadastrados;
- 1.8.12. Deve prover funcionalidade de identificação transparente de usuários cadastrados no Microsoft Active Directory;
- 1.8.13. Deve permitir a criação de regras para acesso/bloqueio de aplicações por grupo de usuários do Microsoft Active Directory;
- 1.8.14. Deve permitir a criação de regras para acesso/bloqueio de aplicações por grupo de usuários do serviço de diretório LDAP;
- 1.8.15. Deve permitir a criação de regras para acesso/bloqueio por endereço IP de origem;
- 1.8.16. Deve permitir a criação de regras para acesso/bloqueio por subrede de origem e destino;
- 1.8.17. Deve permitir a inspeção/bloqueio de códigos maliciosos para, no mínimo, as seguintes categorias: Instant Messaging e transferência de arquivos;
- 1.8.18. Deve garantir que as atualizações regulares do produto sejam realizadas sem interromper a execução dos serviços de controle de aplicações;
- 1.8.19. Deve permitir criação de padrões de aplicação manualmente;

1.9. FUNCIONALIDADE DE BALANCEAMENTO DE CARGA

- 1.9.1. Deve permitir a criação de endereços IPs virtuais;
- 1.9.2. Deve permitir balanceamento de carga entre, pelo menos, 04 (quatro) servidores reais;
- 1.9.3. Deve suportar balanceamento, ao menos, para os seguintes serviços: HTTP, HTTPS, TCP e UDP;
- 1.9.4. Deve permitir balanceamento, ao menos, com os seguintes métodos: Hash do endereço IP de origem, Static, Round Robin, Weighted, First Alive e HTTP host, Least Session, Least RTT;
- 1.9.5. Deve permitir persistência de sessão por cookie HTTP ou SSL session ID;
- 1.9.6. Deve permitir que seja mantido o IP de origem;
- 1.9.7. Deve suportar SSL/TLS offloading.
- 1.9.8. Deve ter a capacidade de identificar, através de health checks, quais os servidores que estejam ativos, removendo automaticamente o tráfego dos servidores que não estejam;
- 1.9.9. Deve permitir que o health check seja feito, ao menos, via ICMP, TCP em porta configurável e HTTP em URL configurável.

1.10. FUNCIONALIDADE DE VIRTUALIZAÇÃO

- 1.10.1. Deve suportar a criação de, ao menos, 10 (dez) instâncias virtuais no mesmo hardware;
- 1.10.2. Deve permitir a criação de administradores independentes para cada uma das instâncias virtuais;
- 1.10.3. Deve permitir a criação de um administrador global que tenha acesso a todas as

configurações das instâncias virtuais criadas.

1.11. FUNCIONALIDADE DE CONTROLADORA WIRELESS E WI-FI

- 1.11.1. Deverá ser capaz de gerenciar, de forma centralizada, outros Pontos de Acesso do mesmo fabricante;
- 1.11.2. Deverá suportar o serviço de servidor DHCP por SSID para prover endereçamento IP automático para os clientes wireless;
- 1.11.3. Deverá suportar monitoração e supressão de Ponto de Acesso indevido;
- 1.11.4. Deverá prover autenticação para a rede wireless através de bases externas, como: LDAP, RADIUS ou TACACS+;
- 1.11.5. Deverá permitir a visualização dos clientes conectados;
- 1.11.6. Deverá prover suporte a Fast Roaming;
- 1.11.7. Deverá ajustar automaticamente os canais de modo a otimizar a cobertura de rede e mudar as condições de RF;
- 1.11.8. A solução deve implementar recursos de análise de espectro que possibilitem a identificação de interferências provenientes de equipamentos não-WiFi e que operem nas frequências de 2.4GHz ou 5GHz. A solução deve ainda apresentar o resultado dessas análises de maneira gráfica na interface de gerência;
- 1.11.9. Deverá possuir Captive Portal por SSID;
- 1.11.10. Deverá permitir configurar o bloqueio de tráfego entre SSIDs;
- 1.11.11. Deverá suportar Wi-Fi Protected Access (WPA), WPA2 ou WPA3 por SSID, utilizando-se de AES e/ou TKIP;
- 1.11.12. Deverá suportar os seguintes métodos de autenticação EAP:
- 1.11.13. EAP-TLS, EAP-TTLS, EAP-PEAP, EAP-SIM, EAP-AKA;
- 1.11.14. Deverá suportar 802.1x através de RADIUS;
- 1.11.15. Deverá suportar filtro baseado em endereço MAC por SSID;
- 1.11.16. Deverá permitir configurar parâmetros de rádio, como: banda e canal;
- 1.11.17. Deverá possuir método de descoberta de novos Pontos de Acesso baseados em Broadcast ou Multicast;
- 1.11.18. Deverá possuir mecanismo de identificação e controle de rogue APs, suportando supressão automática e bloqueio por endereço MAC de APs;
- 1.11.19. Deverá possuir lista contendo Pontos de Acesso Aceitos e Pontos de Acesso Indevidos (Rogue);
- 1.11.20. Deverá possuir WIDS com, ao menos, os seguintes perfis:
- 1.11.21. Rogue/Interfering AP Detection;
- 1.11.22. Ad-hoc Network Detection;
- 1.11.23. Wireless Bridge Detection;
- 1.11.24. Weak WEP Detection;
- 1.11.25. MAC OUI Checking;
- 1.11.26. Deverá permitir o uso de voz e dados sobre um mesmo SSID;
- 1.11.27. A solução deverá detectar Receiver Start of Packet (RX-SOP) em pacotes wireless e ser capaz de ignorar os pacotes que estejam abaixo de determinado limiar especificado em dBm;
- 1.11.28. A controladora deverá oferecer Firewall integrado, baseado em identidade do usuário;
- 1.11.29. Deverá possuir controle baseado em política de firewall para acesso entre as WLANs;
- 1.11.30. Deverá permitir a criação de políticas de traffic shaping;
- 1.11.31. Deverá permitir a criação de políticas de firewall baseadas em horário;
- 1.11.32. Deverá permitir NAT nas políticas de firewall;
- 1.11.33. Deverá possibilitar definir número de clientes por SSID;
- 1.11.34. Deverá permitir e/ou bloquear o tráfego entre SSIDs;
- 1.11.35. Deverá possuir mecanismo de criação automática de usuários visitantes e

senhas autogeradas e/ou manual, que possam ser enviadas por e-mail ou SMS aos usuários, e com capacidade de definição de horário da expiração da senha;

1.11.36. A comunicação entre o Access Point e a Controladora Wireless deverá poder ser efetuada de forma criptografada;

1.11.37. Deverá possuir mecanismo de ajuste de potência do sinal, de forma a reduzir interferência entre canais entre 02 (dois) Access Points gerenciados;

1.11.38. Deverá possuir mecanismo de balanceamento de tráfego/usuários entre Access Points;

1.11.39. Deverá possuir mecanismo de balanceamento de tráfego/usuários entre frequências e/ou

1.11.40. rádios;

1.11.41. Toda a configuração do Ponto de Acesso deverá ser executada através da Controladora Wireless;

1.11.42. Deverá permitir a identificação de APs com firmware desatualizado e efetuar o upgrade via interface gráfica;

1.11.43. Deverá possuir console de monitoramento dos usuários conectados, indicando em que Access Point, em que rádio, em que canal, endereço IP do usuário, tipo de dispositivo e sistema operacional, uso de banda, potência do sinal e relação sinal/ruído;

1.11.44. O encaminhamento de tráfego dos dispositivos conectados à rede sem fio deve ocorrer de forma centralizada através de túnel estabelecido entre o ponto de acesso e controlador wireless. Neste modo todos os pacotes trafegados em um determinado SSID devem ser encaminhados dentro do túnel até o controlador wireless. Caso o controlador wireless não seja capaz de operar gerenciando os pontos de acesso e concentrando o tráfego tunelado simultaneamente, então a solução ofertada deve ser composta com elemento adicional do próprio fabricante para suportar a conexão dos túneis originados dos pontos de acesso;

1.11.45. A Controladora deverá oferecer Firewall integrado, baseado em identidade do usuário, entre todas as redes cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;

1.11.46. Deverá possuir controle baseado em política de firewall para acesso entre as WLANs cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;

1.11.47. Deverá permitir a criação de políticas de traffic shaping entre todas as redes cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;

1.11.48. Deverá permitir aplicar políticas de filtro de conteúdo Web, que seja baseado em categorias de sites automaticamente atualizadas, para todas as redes cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;

1.11.49. Deverá permitir aplicar políticas de antivírus, com detecção e bloqueio de malwares e redes botnet, entre todas as redes cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;

1.11.50. Deverá permitir aplicar políticas de IPS, bloqueando e/ou monitorando tentativas de ataques, com base de assinatura de ataques atualizada automaticamente, entre todas as redes cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;

1.11.51. Deverá permitir aplicar políticas de controle AntiSpam para todas as redes cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;

1.11.52. Deverá permitir controlar, identificar e bloquear tráfego de aplicações do tipo P2P, IM, Chat, Redes Sociais, Skype, Proxies Anônimos, streamings de áudio e vídeo, jogos entre outros, e que seja baseado no padrão de comunicação de tais aplicações, entre todas as redes cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;

1.11.53. A solução deve implementar recurso de controle de acesso à rede (NAC - Network Access Control), identificando automaticamente o tipo de equipamento conectado (profiling) e atribuindo de maneira automática a política de acesso à rede.

1.12. FUNCIONALIDADE DE SD-WAN

1.12.1. A solução SD-WAN deve ser viabilizada com recursos de segurança integrados de: Firewall, VPN, Antivírus, IPS e Filtro de Segurança Web.

- 1.12.2. A solução SD-WAN deve suportar NAT em contexto de saída (Nat Outbound) para um pool de IPs públicos.
- 1.12.3. A solução SD-WAN deve suportar segmentação de tráfego onde seja possível aplicar políticas de IPS e Antivírus entre segmentos de LAN.
- 1.12.4. A solução SD-WAN deve prover capacidade de inspeção SSL para a inspeção de tráfego https nas filiais, no contexto: bloqueio de malwares e reconhecimento em camada 7 de aplicações.
- 1.12.5. Solução deve ser capaz de prover Zero Touch provisioning.
- 1.12.6. A solução de SD-WAN deve ser capaz de suportar endereçamento estáticos e dinâmicos, e que seja suportado múltiplos links WAN.
- 1.12.7. Solução deve ser capaz de prover uma arquitetura onde em uma comunicação Matriz x Filiais, em que a comunicação de uma Filial A para a Matriz esteja comprometida, possa ser utilizada a comunicação entre Filial B e Matriz, em que através deste circuito, a Filial A alcance a Matriz.
- 1.12.8. A solução deve ser capaz de criar VPN "Full-Mesh" em interface gráfica ou CLI, de forma automática, e sem que o administrador precise configurar site por site.
- 1.12.9. A configuração VPN IPSEC Deve oferecer suporte para DH Group: 14 e 15.
- 1.12.10. Reconhecimento em camada 7 totalmente segregado da camada 4.
- 1.12.11. Deve de forma alternativa, contar com um banco de Dados interno, onde seja possível atrelar uma aplicação à um determinado IP/ range de IPs de destino.
- 1.12.12. O reconhecimento de aplicações deve ser realizado independente de porta e protocolo, inspecionando o payload de pacote de dados;
- 1.12.13. Ainda sobre o reconhecimento de Aplicações, a solução deve fornecer o reconhecimento default em camada 7, de pelo menos mais de 2000 aplicações largamente utilizadas em contextos de SaaS, Aplicações na Nuvem, Aplicações Multimídia Ex:(Vimeo, YouTube, Facebook, etc)
- 1.12.14. A solução de SD-WAN deve suportar Roteamento dinâmico BGP com suporte a IPv6
- 1.12.15. A solução deve ser capaz de refletir, de forma manual ou automatizada, suas políticas de SD-WAN em condições onde a largura de banda é modificada.
- 1.12.16. A solução deve ser capaz de medir o Status de Saúde do Link baseando-se em critérios mínimos de: Latência, Jitter e Packet Loss, onde seja possível configurar um valor de Threshold para cada um destes itens, onde será utilizado como fator de decisão nas regras de SD-WAN.
- 1.12.17. A solução deve permitir a configuração de regras onde o Failback (retorno à condição inicial) apenas ocorrerá quando o link principal recuperado seja X% (com X variando de 10 à 50) do seu valor de saúde melhor que o link atual.
- 1.12.18. A solução deve permitir a configuração de regras onde o Failback (retorno à condição inicial) apenas ocorra dentro de um espaço de tempo de X segundos, configurável pelo administrador do sistema.
- 1.12.19. A solução deve permitir a configuração para protocolos e aplicações de camada 7, associadas percentualmente à largura de banda da Interface SD-WAN.

2. ITEM 02 - UNIDADE CENTRALIZADA DE ARMAZENAMENTO DE LOGS E RELATORIA

2.1. CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO

- 2.1.1. A solução deverá ser entregue em appliance virtual, ser compatível com as plataformas VMware, Microsoft Hyper-V, Citrix XenServer, KVM.
- 2.1.2. Deverá possuir garantia e licença para atualização de firmware e atualização automática de bases de dados de todas as funcionalidades pelo período de 36 (trinta e seis) meses.
- 2.1.3. Deverá possuir a capacidade de receber pelo menos 10 GB de logs diários.

2.2. REQUISITOS MÍNIMOS DE FUNCIONALIDADES

- 2.2.1. Deverá suportar o acesso via SSH e WEB (HTTPS) para gerenciamento de soluções
- 2.2.2. Deverá possuir comunicação e autenticação criptografada com usuário e senha para obter relatórios, na interface gráfica (GUI) e via linha de comando no console de gerenciamento.
- 2.2.3. Deverá permitir o acesso simultâneo à administração, bem como permitir que pelo menos 2 (dois) perfis sejam criados para administração e monitoramento.
- 2.2.4. Deverá suportar SNMP versão 2 e 3
- 2.2.5. Deverá permitir a virtualização do gerenciamento e administração dos dispositivos, nos quais cada administrador só tem acesso aos computadores autorizados.
- 2.2.6. Deverá permitir a criação de um administrador geral, que tenha acesso geral a todas as instâncias de virtualização da solução.
- 2.2.7. Deverá permitir ativar e desativar para cada interface da plataforma, as permissões de acesso HTTP, HTTPS, SSH
- 2.2.8. Deverá possuir autenticação de usuários para acesso à plataforma via LDAP
- 2.2.9. Deverá possuir autenticação de usuários para acesso à plataforma via Radius
- 2.2.10. Deverá possuir autenticação de usuários para acesso à plataforma via TACACS +
- 2.2.11. Deverá possuir geração de relatórios de tráfego em tempo real, em formato de mapa geográfico
- 2.2.12. Deverá possuir geração de relatórios de tráfego em tempo real, no formato de gráfico de bolhas.
- 2.2.13. Deverá possuir geração de relatórios de tráfego em tempo real, em formato de gráfico
- 2.2.14. Deverá possuir definição de perfis de acesso ao console com permissão granular, como: acesso de gravação, acesso de leitura, criação de novos usuários e alterações nas configurações gerais.
- 2.2.15. Deverá possuir um assistente gráfico para adicionar novos dispositivos, usando seu endereço IP, usuário e senha.
- 2.2.16. Deverá possuir visualização da quantidade de logs enviados de cada dispositivo monitorado
- 2.2.17. Deverá possuir mecanismos de apagamento automático para logs antigos.
- 2.2.18. Deverá permitir importação e exportação de relatórios;
- 2.2.19. Deverá ter a capacidade de criar relatórios no formato HTML;
- 2.2.20. Deverá ter a capacidade de criar relatórios em formato PDF;
- 2.2.21. Deverá ter a capacidade de criar relatórios no formato XML;
- 2.2.22. Deverá ter a capacidade de criar relatórios no formato CSV;
- 2.2.23. Deverá permitir exportar os logs no formato CSV;
- 2.2.24. Deverá gerar logs de auditoria, com detalhes da configuração efetuada, o administrador que efetuou a alteração e seu horário.
- 2.2.25. Deverá permitir que os logs gerados pelos dispositivos gerenciados devem ser centralizados nos servidores da plataforma, mas a solução também deve oferecer a possibilidade de usar um servidor Syslog externo ou similar.
- 2.2.26. Deverá ter relatórios predefinidos.
- 2.2.27. Deverá poder enviar automaticamente os logs para um servidor FTP externo para a solução
- 2.2.28. Deverá permitir a duplicação de relatórios existentes, deve ser possível para edição posterior.
- 2.2.29. Deverá ter a capacidade de personalizar a capa dos relatórios obtidos.
- 2.2.30. Deverá permitir centralmente a exibição de logs recebidos por um ou mais dispositivos, incluindo a capacidade de usar filtros para facilitar a pesquisa nos mesmos logs.
- 2.2.31. Deverá ter a capacidade de personalizar gráficos em relatórios, como barras, linhas e tabelas
- 2.2.32. Deverá ter um mecanismo de "pesquisa detalhada" para navegar pelos relatórios em

tempo real.

- 2.2.33. Deverá permitir que os arquivos de log sejam baixados da plataforma para uso externo.
- 2.2.34. Deverá ter a capacidade de gerar e enviar relatórios periódicos automaticamente.
- 2.2.35. Deverá permitir a personalização de qualquer relatório pré-estabelecido pela solução, exclusivamente pelo Administrador, para adotá-lo de acordo com suas necessidades.
- 2.2.36. Deverá permitir o envio por e-mail relatórios automaticamente.
- 2.2.37. Deverá permitir que o relatório seja enviado por email ao destinatário específico.
- 2.2.38. Deverá permitir a programação da geração de relatórios, conforme calendário definido pelo administrador.
- 2.2.39. Deverá exibir graficamente em tempo real a taxa de geração de logs para cada dispositivo gerenciado.
- 2.2.40. Deverá permitir o uso de filtros nos relatórios.
- 2.2.41. Deverá permitir definir o design dos relatórios, incluir gráficos, adicionar texto e imagens, alinhamento, quebras de página, fontes, cores, entre outros.
- 2.2.42. Deverá permitir especificar o idioma dos relatórios criados
- 2.2.43. Deverá gerar alertas automáticos por email, SNMP e Syslog, com base em eventos especiais em logs, gravidade do evento, entre outros.
- 2.2.44. Deverá permitir o envio automático de relatórios para um servidor SFTP ou FTP externo.
- 2.2.45. Deverá ser capaz de criar consultas SQL ou similares nos bancos de dados de logs, para uso em gráficos e tabelas em relatórios.
- 2.2.46. Deverá possibilitar visualizar nos relatórios da GUI as informações do sistema, como licenças, memória, disco rígido, uso da CPU, taxa de log por segundo recebido, total de logs diários recebidos, alertas do sistema, entre outros.
- 2.2.47. Deverá ter uma ferramenta que permita analisar o desempenho na geração de relatórios, a fim de detectar e corrigir problemas na geração deles.
- 2.2.48. Deverá importar arquivos com logs de dispositivos compatíveis conhecidos e não conhecidos pela plataforma, para geração posterior de relatórios.
- 2.2.49. Deverá ser possível definir o espaço que cada instância de virtualização pode usar para armazenamento de log.
- 2.2.50. Deverá fornecer as informações da quantidade de logs armazenados e as estatísticas do tempo restante armazenado.
- 2.2.51. Deverá ser compatível com a autenticação de fator duplo (token) para usuários do administrador da plataforma.
- 2.2.52. Deverá permitir aplicar políticas para o uso de senhas para administradores de plataforma, como tamanho mínimo e caracteres permitidos
- 2.2.53. Deverá permitir visualizar em tempo real os logs recebidos.
- 2.2.54. Deverá permitir o encaminhamento de log no formato syslog.
- 2.2.55. Deverá permitir o encaminhamento de log no formato CEF (Common Event Format).
- 2.2.56. Deverá incluir um painel para operações SOC que monitore as principais ameaças à segurança da sua rede
- 2.2.57. Deverá incluir o painel para operações do SOC que monitora o envolvimento do usuário e o uso suspeito da web em sua rede.
- 2.2.58. Deverá incluir o painel para operações SOC que monitora o tráfego na sua rede.
- 2.2.59. Deverá incluir o painel para operações SOC que monitoram o tráfego de aplicativos e sites na sua rede
- 2.2.60. Deverá incluir o painel para operações SOC que monitoram detecções de ameaças de dia zero em sua rede (sandboxing).
- 2.2.61. Deverá incluir o painel para operações SOC que monitora a atividade do terminal na sua rede.
- 2.2.62. Deverá incluir o painel para operações SOC que monitoram a atividade da VPN na sua rede.

- 2.2.63. Deverá incluir um painel para operações SOC que monitora pontos de acesso Wi-Fi e SSIDs
- 2.2.64. Deverá incluir o painel para operações SOC que monitoram o desempenho dos recursos locais da solução (CPU, Memória)
- 2.2.65. Deverá permitir a criação de painéis personalizados para monitorar operações SOC
- 2.2.66. Deverá gerar alertas de eventos a partir de logs recebidos
- 2.2.67. Deverá permitir a criação de incidentes a partir de alertas de eventos para o terminal
- 2.2.68. Deverá permitir a integração ao sistema de tickets do ServiceNow
- 2.2.69. Deverá incluir serviço Indicadores de Comprometimento (IoC) do mesmo fabricante, que mostra as suspeitas de envolvimento do usuário final na Web e Deverá relatar pelo menos: endereço IP do usuário, nome do host, sistema operacional, veredicto (classificação geral da ameaça), o número de ameaças detectadas.
- 2.2.70. Deverá permitir o suporte a logs na nuvem pública do Amazon S3
- 2.2.71. Deverá permitir o suporte a logs na nuvem pública do Microsoft Azure
- 2.2.72. Permitir o suporte aos registros de nuvem pública do Google Cloud
- 2.2.73. Suportar o padrão SAML para autenticação do usuário administrador

2.3. FUNCIONALIDADES DE RELATORIOS DE FIREWALL

- 2.3.1. Deverá possuir relatório de conformidade com o PCI DSS;
- 2.3.2. Deverá possuir um relatório de uso do aplicativo SaaS
- 2.3.3. Deverá possuir um relatório de prevenção de perda de dados (DLP)
- 2.3.4. Deverá possuir um relatório de VPN
- 2.3.5. Deverá possuir um relatório IPS (Intruder Prevention System)
- 2.3.6. Deverá possuir um relatório de reputação do cliente
- 2.3.7. Deverá possuir um relatório de análise de segurança do usuário
- 2.3.8. Deverá possuir um relatório de análise de ameaças cibernéticas
- 2.3.9. Deverá possuir um breve relatório resumido diário de eventos e incidentes de segurança
- 2.3.10. Deverá possuir um relatório de tráfego DNS
- 2.3.11. Deverá possuir um relatório de tráfego de e-mail
- 2.3.12. Deverá possuir um relatório dos 10 principais aplicativos usados na rede
- 2.3.13. Deverá possuir um relatório dos 10 principais sites usados na rede
- 2.3.14. Deverá possuir um relatório de uso de mídia social

3. ITEM 03 - ATIVO DE REDE WIRED - TIPO I

- 3.1. Deve possuir garantia e suporte do fabricante pelo período de 36 (trinta e seis) meses.
- 3.2. A CONTRATADA deve realizar a instalação inicial do equipamento que está restrita a entrega do equipamento, conferência de itens e teste inicial de funcionamento.
- 3.3. Equipamento do tipo comutador de rede ethernet com capacidade de operação em camada 2 do modelo OSI;
- 3.4. Deve possuir 48 (quarenta e oito) interfaces do tipo 1000Base-T para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ-45. Deve implementar a auto-negociação de velocidade e duplex destas interfaces, além de negociar automaticamente a conexão de cabos crossover (MDI/MDI-X);
- 3.5. Adicionalmente, deve possuir 04 (quatro) slots SFP+ para conexão de fibras ópticas operando em 10GbE. Estas interfaces não devem ser do tipo combo e devem operar simultaneamente em conjunto com as interfaces do item anterior;
- 3.6. Deverá implementar os padrões IEEE 802.3af (Power over Ethernet – PoE) e IEEE 802.3at (Power over Ethernet Plus – PoE+) com PoE budget de 350W;

- 3.7. Deve possuir porta console para acesso à interface de linha de comando (CLI) do equipamento através de conexão serial;
- 3.8. Deve possuir capacidade de comutação de pelo menos 170 Gbps e ser capaz de encaminhar até 260 Mpps (milhões de pacotes por segundo);
- 3.9. Deve suportar 4000 (quatro mil) VLANs de acordo com o padrão IEEE 802.1Q;
- 3.10. Deve possuir tabela MAC com suporte a 30.000 endereços;
- 3.11. Deve implementar Flow Control baseado no padrão IEEE 802.3X;
- 3.12. Deve permitir a configuração de links agrupados virtualmente (link aggregation) de acordo com o padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP);
- 3.13. Deve suportar a comutação de Jumbo Frames;
- 3.14. Deve identificar automaticamente telefones IP que estejam conectados e associá-los automaticamente a VLAN de voz;
- 3.15. Deve suportar a criação de rotas estáticas em IPv4 e IPv6;
- 3.16. Deve implementar serviço de DHCP Relay;
- 3.17. Deve suportar IGMP snooping para controle de tráfego de multicast, permitindo a criação de pelo menos 500 (quinhentos) entradas na tabela;
- 3.18. Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch (port mirroring);
- 3.19. Deve implementar Spanning Tree conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree).
- 3.20. Deve implementar pelo menos 15 (quinze) instâncias de Multiple Spanning Tree;
- 3.21. Deve implementar recurso conhecido como PortFast ou Edge Port para que uma porta de acesso seja colocada imediatamente no status "Forwarding" do Spanning Tree após sua conexão física;
- 3.22. Deve implementar mecanismo de proteção da "root bridge" do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra ataques do tipo "Denial of Service" no ambiente nível 2;
- 3.23. Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) caso a porta esteja colocada no modo "fast forwarding" (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente;
- 3.24. Deve possuir mecanismo conhecido como Loop Guard para identificação de loops na rede. Deve desativar a interface e gerar um evento quando um loop for identificado;
- 3.25. Deve possuir mecanismo para identificar interfaces em constantes mudanças de status de operação (flapping) que podem ocasionar instabilidade na rede. O switch deverá desativar a interface automaticamente caso o número de variações de status esteja acima do limite configurado para o período estabelecido em segundos;
- 3.26. Deverá possuir controle de broadcast, multicast e unicast nas portas do switch. Quando o limite for excedido, o switch deve descartar os pacotes ou aplicar rate limit;
- 3.27. Deve suportar a criação de listas de acesso (ACLs) para filtragem de tráfego. Estas devem estar baseadas nos seguintes parâmetros para classificação do tráfego: endereço IP de origem e destino, endereço MAC de origem e destino, campo CoS e VLAN ID;
- 3.28. Deve suportar a definição de dias e horários que a ACL deverá ser aplicada na rede;
- 3.29. Deverá implementar priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço

do frame ethernet (IEEE 802.1p CoS);

- 3.30. Deve possuir ao menos 8 (oito) filas de priorização (QoS) por porta;
- 3.31. Deverá implementar mecanismo de proteção contra ataques do tipo man-in-the-middle que utilizam o protocolo ARP;
- 3.32. Deve implementar DHCP Snooping para mitigar problemas com servidores DHCP que não estejam autorizados na rede;
- 3.33. Deve implementar controle de acesso por porta através do padrão IEEE 802.1X com assinalamento dinâmico de VLAN por usuário com base em atributos recebidos através do protocolo RADIUS;
- 3.34. Deve suportar a autenticação IEEE 802.1X de múltiplos dispositivos em cada porta do switch. Apenas o tráfego dos dispositivos autenticados é que devem ser comutados na porta;
- 3.35. Deve suportar a autenticação simultânea de, no mínimo, 15 (quinze) dispositivos em cada porta através do protocolo IEEE 802.1X;
- 3.36. Deve suportar MAC Authentication Bypass (MAB);
- 3.37. Deve implementar RADIUS CoA (Change of Authorization);
- 3.38. Deve possuir recurso para monitorar a disponibilidade dos servidores RADIUS;
- 3.39. Em caso de indisponibilidade dos servidores RADIUS, o switch deve provisionar automaticamente uma VLAN para os dispositivos conectados nas interfaces que estejam com 802.1X habilitado de forma a não causar indisponibilidade da rede;
- 3.40. Deve implementar Guest VLAN para aqueles usuários que não autenticaram nas interfaces em que o IEEE 802.1X estiver habilitado;
- 3.41. Deve ser capaz de operar em modo de monitoramento para autenticações 802.1X. Desta forma, o switch deve permitir que sejam realizados testes de autenticação nas portas sem tomar ações tal como reconfigurar a interface;
- 3.42. Deve ser capaz de autenticar um computador via 802.1X mesmo que este esteja conectado através de uma interface do telefone IP;
- 3.43. Deve suportar RADIUS Authentication e RADIUS Accounting através de IPv6;
- 3.44. Deve permitir configurar o número máximo de endereços MAC que podem ser aprendidos em uma determinada porta. Caso o número máximo seja excedido, o switch deverá gerar um log de evento para notificar o problema;
- 3.45. Deve permitir a customização do tempo em segundos em que um determinado MAC Address aprendido dinamicamente ficará armazenado na tabela de endereços MAC (MAC Table);
- 3.46. Deve ser capaz de gerar log de eventos quando um novo endereço MAC Address for aprendido dinamicamente nas interfaces, quando o MAC Address mover entre interfaces do mesmo switch e quando o MAC Address for removido da interface;
- 3.47. Deve suportar o protocolo NTP (Network Time Protocol) ou SNTP (Simple Network Time Protocol) para a sincronização do relógio;
- 3.48. Deve suportar o envio de mensagens de log para servidores externos através de syslog;
- 3.49. Deve suportar o protocolo SNMP (Simple Network Management Protocol) nas versões v1, v2c e v3;
- 3.50. Deve suportar o protocolo SSH em IPv4 e IPv6 para configuração e administração

remota através de CLI (Command Line Interface);

3.51. Deve suportar o protocolo HTTPS para configuração e administração remota através de interface web;

3.52. Deve permitir upload de arquivo e atualização do firmware (software) do switch através da interface web (HTTPS);

3.53. Deve permitir ser gerenciado através de IPv6;

3.54. Deve permitir a criação de perfis de usuários administrativos com diferentes níveis de permissões para administração e configuração do switch;

3.55. Deve suportar autenticação via RADIUS e TACACS+ para controle do acesso administrativo ao equipamento;

3.56. Deverá possuir mecanismo para identificar conflitos de endereços IP na rede. Caso um conflito seja identificado, o switch deverá gerar um log de evento e enviar um SNMP Trap;

3.57. Deve suportar o protocolo LLDP e LLDP-MED para descoberta automática de equipamentos na rede de acordo com o padrão IEEE 802.1ab;

3.58. Deverá ser capaz de executar testes nas interfaces para identificar problemas físicos nos cabos de par trançado (UTP) conectados ao switch;

3.59. Deverá suportar ser configurado e monitorado através de REST API;

3.60. Deve em conjunto com a controladora ser capaz de implementar e orquestrar políticas de segurança de micro segmentação nos switches controlando como os usuários/endpoints se comunicam lateralmente entre si.

3.61. Deve em conjunto com a controladora permitir a criação de automações que executem ações baseado em eventos de rede detectados no ambiente, como quarentenar um dispositivo, isolar um endpoint, implementar e/ou ajustar políticas de segurança dependendo do evento detectado, de forma automatizada..

3.62. Deve suportar temperatura de operação de até 40° Celsius;

3.63. Deve possuir MTBF (Mean Time Between Failures) igual ou superior a 10 (dez) anos;

3.64. Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V;

3.65. Deve ser compatível e gerenciado pelo **ITEM 01“SOLUÇÃO DE SEGURANÇA E GERÊNCIA DE REDE NGFW TIPO I”**, ou por solução do mesmo fabricante que possua gerência centralizada, devendo atender aos requisitos descritos abaixo:

3.65.1. A solução de gerência centralizada deve suportar operação com elementos redundantes, não havendo interrupção do serviço mediante a falha de um elemento;

3.65.2. Deve operar como ponto central para automação e gerenciamento dos switches;

3.65.3. Deve realizar o gerenciamento de inventário de hardware, software e configuração dos Switches;

3.65.4. Deve possuir interface gráfica para configuração, administração e monitoração dos switches;

3.65.5. Deve apresentar graficamente a topologia da rede com todos os switches administrados para monitoramento, além de ilustrar graficamente status dos uplinks e dos equipamentos para identificação de eventuais problemas na rede;

3.65.6. Deve montar a topologia da rede de maneira automática;

3.65.7. Deve ser capaz de configurar os switches da rede;

- 3.65.8. Deve através da interface gráfica deve ser capaz de configurar as VLANs da rede e distribuí-las automaticamente em todos os switches gerenciados;
- 3.65.9. Deve através da interface gráfica deve ser capaz de aplicar a VLAN nativa (untagged) e as VLANs permitidas (tagged) nas interfaces dos switches;
- 3.65.10. Deve através da interface gráfica deve ser capaz de aplicar as políticas de QoS nas interfaces dos switches;
- 3.65.11. Deve através da interface gráfica deve ser capaz de aplicar as políticas de segurança para autenticação 802.1X nas interfaces dos switches;
- 3.65.12. Através da interface gráfica deve ser capaz de aplicar ferramentas de segurança, tal como DHCP Snooping, nas interfaces dos switches;
- 3.65.13. Deve através da interface gráfica deve ser capaz de realizar configurações do protocolo Spanning Tree nas interfaces dos switches, tal como habilitar ou desabilitar os seguintes recursos: Loop Guard, Root Guard e BPDU Guard;
- 3.65.14. Deve através da interface gráfica deve ser capaz de aplicar políticas de segurança e controle de tráfego para filtrar o tráfego da rede;
- 3.65.15. A solução de gerência centralizada deve ser capaz de identificar as aplicações acessadas na rede através de análise DPI (Deep Packet Inspection);
- 3.65.16. Deve ser capaz de configurar parâmetros SNMP dos switches;
- 3.65.17. A solução de gerência centralizada deve gerenciar as atualizações de firmware (software) dos switches gerenciados, recomendando versões de software para cada switch, além de permitir a atualização dos switches individualmente;
- 3.65.18. A solução de gerência centralizada deve permitir o envio automático de e-mails de notificação para os administradores da rede em caso de eventos de falhas;
- 3.65.19. A solução de gerência centralizada deve apresentar graficamente informações sobre erros nas interfaces dos switches;
- 3.65.20. A solução deve apresentar graficamente informações sobre disponibilidade dos switches;
- 3.65.21. Deve prover indicadores de saúde dos elementos críticos do ambiente;
- 3.65.22. Deve registrar eventos para auditoria de todos os acessos e mudanças de configuração realizadas por usuários;
- 3.65.23. Deve realizar as funções de gerenciamento de falhas e eventos dos switches da rede;
- 3.65.24. Deve possuir API no formato REST.

4. ITEM 4 – ATIVO DE REDE WIRELESS – TIPO I

4.1. REQUISITOS GERAIS

- 4.1.1. Deve possuir garantia e suporte do fabricante pelo período de 36 (trinta e seis) meses.
- 4.1.2. Deve possuir, ao menos, 01 (uma) interface de rede 10/100/1000 Base-T RJ-45.
- 4.1.3. Deve possuir, ao menos 01 rádio BLE (Bluetooth Low Energy) integrado e interno ao equipamento.
- 4.1.4. Deve suportar, ao menos, 16 (dezesesseis) SSIDs simultâneos por Ponto de Acesso, sendo, pelo menos, 08 (oito) por rádio.

- 4.1.5. Deve possuir potência de transmissão de, ao menos, 21 dBm.
- 4.1.6. Deve possuir antenas internas e integradas com padrão de irradiação omnidirecional compatíveis com as frequências de rádio dos padrões IEEE 802.11a, IEEE 802.11b, IEEE 802.11g, IEEE 802.11n, IEEE 802.11ac, IEEE 802.11ax .
- 4.1.7. Deve suportar operação na temperatura de 0 a 40 °C.
- 4.1.8. Deve ser fornecido com todos os acessórios necessários para que seja feita sua fixação em teto ou parede.
- 4.1.9. Deve suportar os padrões 802.11a/b/g/n/ac/ax.
- 4.1.10. Deve possuir capacidade dual-band com rádios 2.4GHz e 5GHz operando simultaneamente, além de permitir configurações independentes para cada rádio;
- 4.1.11. O ponto de acesso deve possuir rádio Wi-Fi adicional a aqueles que conectam clientes para funcionar exclusivamente como sensor Wi-Fi com objetivo de identificar interferências e ameaças de segurança (wIDS/wIPS) em tempo real e com operação 24x7. Caso o ponto de acesso não possua rádio adicional com tal recurso, será aceita composição do ponto de acesso e hardware ou ponto de acesso adicional do mesmo fabricante para funcionamento dedicado para tal operação;
- 4.1.12. Deve possuir a tecnologia MU-MIMO com operação 2x2.
- 4.1.13. Deve suportar taxas de conexão (data rate) de até 800 Mbps.
- 4.1.14. Deve possuir PoE (Power over Ethernet), padrão 802.3af, possibilitando seu uso sem a necessidade de fontes de energia externas em qualquer porta Ethernet.
- 4.1.15. Deve ser fornecido injetor POE padrão 802.3at.
- 4.1.16. Deve suportar a criação de redes mesh.
- 4.1.17. O encaminhamento de tráfego dos dispositivos conectados à rede sem fio deve ocorrer de forma centralizada através de túnel estabelecido entre o ponto de acesso e controlador wireless. Neste modo todos os pacotes trafegados em um determinado SSID devem ser encaminhados via túnel seguro (com criptografia) até o controlador wireless;
- 4.1.18. Deve suportar a criação de enlaces de bridge entre 02 (dois) Access Points.
- 4.1.19. Deve suportar associação dinâmica de usuários a VLANs de acordo com parâmetros de autenticação.
- 4.1.20. Em conjunto com o controlador wireless, deve implementar recursos de análise de espectro que possibilitem a identificação de interferências provenientes de equipamentos não-WiFi e que operem nas frequências de 2.4GHz ou 5GHz;
- 4.1.21. Deve possuir funcionalidade de ajuste de potência automática, de forma a reduzir interferência entre canais.
- 4.1.22. Deve implementar UL (uplink) MU-MIMO 802.11ax mode.
- 4.1.23. Deve implementar Spectrum Analyzer.
- 4.1.24. Deve implementar Spatial Reuse (BSS Coloring).
- 4.1.25. Deve suportar recurso de Target Wake Time (TWT) configurado por SSID;
- 4.1.26. Deve possuir certificação WiFi Alliance.
- 4.1.27. Deve possuir homologação da ANATEL, de acordo com a Resolução número 242.
- 4.1.28. Deve ser compatível e gerenciado pelo ITEM “SOLUÇÃO DE SEGURANÇA E GERÊNCIA DE REDE NGFW TIPO I”, caso compatível poderá ser utilizadas atuais

controladoras existentes na ALESE, **Marca Fortinet, Modelos FG200F** e ou por solução do mesmo fabricante que possua gerência centralizada, devendo atender aos requisitos descritos abaixo:

- 4.1.29. Deverá ser capaz de gerenciar, de forma centralizada, outros Pontos de Acesso do mesmo fabricante;
- 4.1.30. Deverá suportar o serviço de servidor DHCP por SSID para prover endereçamento IP automático para os clientes wireless;
- 4.1.31. Deverá suportar monitoração e supressão de Ponto de Acesso indevido;
- 4.1.32. Deverá prover autenticação para a rede wireless através de bases externas, como: LDAP, RADIUS ou TACACS+;
- 4.1.33. Deverá permitir a visualização dos clientes conectados;
- 4.1.34. Deverá prover suporte a Fast Roaming;
- 4.1.35. Deverá ajustar automaticamente os canais de modo a otimizar a cobertura de rede e mudar as condições de RF;
- 4.1.36. A solução deve implementar recursos de análise de espectro que possibilitem a identificação de interferências provenientes de equipamentos não-WiFi e que operem nas frequências de 2.4GHz ou 5GHz. A solução deve ainda apresentar o resultado dessas análises de maneira gráfica na interface de gerência;
- 4.1.37. Deverá possuir Captive Portal por SSID;
- 4.1.38. Deverá permitir configurar o bloqueio de tráfego entre SSIDs;
- 4.1.39. Deverá possuir método de descoberta de novos Pontos de Acesso baseados em Broadcast ou Multicast;
- 4.1.40. Deverá possuir lista contendo Pontos de Acesso Aceitos e Pontos de Acesso Indevidos (Rogue);
- 4.1.41. Deverá possuir controle baseado em política de firewall para acesso entre as WLANs cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;
- 4.1.42. Deverá permitir a criação de políticas de traffic shaping entre todas as redes cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;
- 4.1.43. Deverá permitir a criação de políticas de firewall baseadas em horário;
- 4.1.44. Deverá permitir NAT nas políticas de firewall;
- 4.1.45. Deverá possibilitar definir número de clientes por SSID;
- 4.1.46. Deverá permitir e/ou bloquear o tráfego entre SSIDs;
- 4.1.47. Deverá possuir mecanismo de criação automática de usuários visitantes e senhas autogeradas e/ou manual, que possam ser enviadas por e-mail ou SMS aos usuários, e com capacidade de definição de horário da expiração da senha;
- 4.1.48. A comunicação entre o Access Point e a Controladora Wireless deverá poder ser efetuada de forma criptografada;
- 4.1.49. Deverá possuir mecanismo de ajuste de potência do sinal, de forma a reduzir interferência entre canais entre 02 (dois) Access Points gerenciados;
- 4.1.50. Deverá possuir mecanismo de balanceamento de tráfego/usuários entre Access Points;
- 4.1.51. Deve possuir mecanismo de balanceamento de tráfego/usuários entre frequências e/ou rádios;

- 4.1.52. Toda a configuração do Ponto de Acesso deverá ser executada através da Controladora Wireless;
- 4.1.53. Deverá permitir a identificação de APs com firmware desatualizado e efetuar o upgrade via interface gráfica;
- 4.1.54. Deverá possuir console de monitoramento dos usuários conectados, indicando em que Access Point, em que rádio, em que canal, endereço IP do usuário, tipo de dispositivo e sistema operacional, uso de banda, potência do sinal e relação sinal/ruído;
- 4.1.55. Deverá permitir aplicar políticas de IPS, bloqueando e/ou monitorando tentativas de ataques, com base de assinatura de ataques atualizada automaticamente, entre todas as redes cujo tráfego seja tunelado até a Controladora;
- 4.1.56. Deve suportar Wi-Fi Protected Access (WPA), WPA2 ou WPA3 por SSID, utilizando-se de AES e/ou TKIP;
- 4.1.57. Deve suportar os seguintes métodos de autenticação EAP:
- 4.1.58. EAP-TLS , EAP-TTLS, EAP-PEAP, EAP-SIM, EAP-AKA;
- 4.1.59. Deve suportar 802.1x através de RADIUS;
- 4.1.60. Deve suportar filtro baseado em endereço MAC por SSID;
- 4.1.61. Deve permitir configurar parâmetros de rádio, como: banda e canal;
- 4.1.62. Deve possuir método de descoberta de novos Pontos de Acesso baseados em Broadcast ou Multicast;
- 4.1.63. Deve possuir mecanismo de identificação e controle de Rogue APs, suportando supressão automática e bloqueio por endereço MAC de APs;
- 4.1.64. Deve possuir lista contendo Pontos de Acesso Aceitos e Pontos de Acesso Indevidos (Rogue);
- 4.1.65. Deve possuir WIDS com, ao menos, os seguintes perfis:
- 4.1.66. Rogue/Interfering AP Detection;
- 4.1.67. Ad-hoc Network Detection;
- 4.1.68. Wireless Bridge Detection;
- 4.1.69. Weak WEP Detection;
- 4.1.70. MAC OUI Checking;
- 4.1.71. A solução Deve detectar Receiver Start of Packet (RX-SOP) em pacotes wireless e ser capaz de ignorar os pacotes que estejam abaixo de determinado limiar especificado em dBm;
- 4.1.72. O encaminhamento de tráfego dos dispositivos conectados à rede sem fio deve ocorrer de forma centralizada através de túnel estabelecido entre o ponto de acesso e controlador wireless. Neste modo todos os pacotes trafegados em um determinado SSID devem ser encaminhados dentro do túnel até o controlador wireless. Caso o controlador wireless não seja capaz de operar gerenciando os pontos de acesso e concentrando o tráfego tunelado simultaneamente, então a solução ofertada deve ser composta com elemento adicional do próprio fabricante para suportar a conexão dos túneis originados dos pontos de acesso;

5. ITEM 5 – UST - UNIDADE DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

5.1. Cada Unidade de Serviço Técnicos (UST) corresponderá às 2h (duas horas) locais de profissional especializado nas plataformas oferecidas. O serviço deve ser prestado pelo

próprio fabricante (Professional Services) ou pela empresa contratada.

5.2. Atividades: assessment; desenvolvimento de plano de implementação; planejamento; análise; configuração; integração; migração; testes de verificação; ajustes; tuning; hardening; otimização; troubleshooting; updates; upgrades; provas de conceito; ensaios de contingência; customização de consultas de relatórios; treinamentos “hands on”; análise de vulnerabilidades; criação e manutenção de regras de segurança e redes; participação em comitês de segurança para esclarecimentos; documentação “as built”; documentação para rollout;

5.3. Os perfis dos profissionais/atividades definidas seguirão o padrão de perfis indicados por metodologias de projetos, como PMBOK. Abaixo, um detalhamento sobre os perfis de profissionais e o escopo de cada um de seus papéis;

5.4. Arquitetura: definição da arquitetura lógica e física do projeto, garantindo a qualidade durante a implantação e o atendimento de todos os requisitos funcionais e não funcionais; propor melhorias; definir controles e monitoramento do ambiente, sugerindo métricas, thresholds e indicadores de acompanhamento; apoio no planejamento, execução e avaliação de mudanças;

5.5. Implementação: Levantamento de dados, execução das implantações incluindo configuração customizada, integração, migrações e testes, adaptações código, criação de infraestrutura, orientação, documentação, etc;

5.6. Gerenciamento de projetos: gerenciamento do projeto propriamente dito, considerando controle de prazos, esforço, elaboração de relatórios de posicionamento executivo, indicadores do projeto e qualquer outra métrica prevista no PMBOOK. O objetivo de todas estas atividades é a garantia de qualidade do projeto no que tange prazos e esforço;

5.7. Suporte: Atendimento a incidentes de suporte realizando análises, troubleshooting, diagnósticos; realizando ajustes e otimização configurações; analisando e aplicando patches, fixes e updates, aplicando testes e realizando ensaios; monitorando o ambiente;

5.8. Dinâmica de contratação;

5.9. Contratará a quantidade de Unidades de Serviços Técnicos estimadas para consumo pelo período desejado durante a vigência do contrato. Emitirá nota(s) de empenho para adquirir vouchers para quantidade de Unidades de Serviços Técnicos estimados para o período correspondente.

5.10. A Contratada deve entregar os vouchers relativos à quantidade de Unidades de Serviços contratadas, que poderão ser consumidos pela CONTRATANTE ao longo do período do contrato, de acordo com a necessidade;

5.11. A CONTRATANTE consultará a CONTRATADA para calcular a quantidade de Unidades de Serviços Técnicos necessárias para realizar a atividade pretendida e emitirá Ordem de Serviço para a Contratada prestar os serviços. E, ao final dos serviços, contabilizará o consumo das Unidades de Serviços Técnicos utilizadas;

5.12. O prazo máximo para início das atividades pela empresa contratada será de 20 (vinte) dias;

5.13. As contabilizações de UST serão feitas individualmente para cada profissional alocado;

5.14. As UST executadas fora do expediente comercial por solicitação deste órgão, serão contabilizadas em dobro;

5.15. A empresa Contratada deve nomear funcionário capacitado que será responsável por fornecer aconselhamento técnico e operacional sobre os serviços; assistência sobre as condições do contrato; gerenciamento de escalação junto ao Fabricante; Gerenciamento de recursos e cronograma de entrega dos serviços;

5.16. Neste modelo de execução dos serviços não se caracteriza a subordinação direta e nem a pessoalidade, visto que não haverá qualquer relação de subordinação jurídica entre os profissionais da equipe da empresa contratada e este Órgão. As empresas proponentes deverão considerar em seus custos todos os recursos necessários ao completo

atendimento aos objetos, tais como despesas com pessoal (salários, férias, encargos, benefícios, seleção, outras) de modo a garantir os serviços definidos;

Para o controle da execução dos serviços será utilizado a Unidade de medida UST (Unidade de Serviço Técnico). A UST consiste na “moeda” usada para dimensionar todas as atividades que serão demandadas pela CONTRATANTE, no escopo de cada Ordem de Serviço. A contratação será em volume de UST por atividade e a licitação resultará na oferta do valor de uma UST que irá representar o esforço combinado de profissionais envolvidos, variando a complexidade e prioridade da atividade.

Daniel Marques Belem
Coordenador Geral de Tecnologia da Informação

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – JUSTIFICATIVA TÉCNICA -
INDICAÇÃO DE MARCA
COORDENADORIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

REF.: Justificativa Técnica para a exigência de integração exclusivamente nativa

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 015153/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Tecnologia de Informação, que tem por finalidade a prestação de serviços referente à Solução Integrada de Segurança Cibernética e o fornecimento de equipamentos de segurança de rede, conforme especificações, quantitativos e demais condições constantes do Termo de Referência.

Contextualização:

A Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE) possui, em sua infraestrutura de segurança de rede, o firewall de próxima geração Fortinet FortiGate 200F, além de Access Points e Switches da mesma marca (Fortinet). Essa solução desempenha um papel crítico na proteção da infraestrutura de TI da instituição, oferecendo funcionalidades como firewall, prevenção contra intrusões (IPS), filtragem de conteúdo, controle de aplicações e integração com sistemas de autenticação e monitoramento.

Necessidade da Contratação:

A nova contratação visa à ampliação e consolidação da Solução Integrada de Segurança Cibernética já existente, incluindo a aquisição de novos equipamentos (firewalls, switches, access points), o sistema de logs e a contratação de serviços especializados para configuração, integração e suporte técnico. É imprescindível que os novos equipamentos e serviços **sejam plenamente compatíveis e integráveis** com os ativos atuais, garantindo interoperabilidade, segurança e eficiência operacional.

Justificativa Técnica:

A indicação da marca Fortinet justifica-se pelos seguintes fatores técnicos:

- **Compatibilidade Tecnológica e Interoperabilidade:** A arquitetura Fortinet opera de forma integrada por meio do **Fortinet Security Fabric**, exigindo que os novos dispositivos sejam da mesma marca para permitir integração nativa, comunicação em tempo real, gerenciamento centralizado e resposta automatizada a incidentes de segurança.
- **Gerenciamento Centralizado e Licenciamento Integrado:** A Fortinet utiliza a plataforma **FortiManager** e **FortiAnalyzer** para gestão, análise de logs e orquestração de políticas de segurança. A adoção de equipamentos de outra marca acarretaria a

duplicidade de sistemas de gerenciamento e monitoramento, resultando em maior complexidade operacional e custo.

- **Padronização e Continuidade da Solução:** A continuidade do uso da marca Fortinet assegura **homogeneidade na infraestrutura de rede**, reduz o tempo de resposta em incidentes, facilita o treinamento dos profissionais de TI do órgão e reduz a curva de aprendizado e custos com capacitação.
- **Garantia da Segurança e da Eficiência Operacional:** A operação de equipamentos de marcas distintas pode comprometer a segurança cibernética por falhas de integração e comunicação entre sistemas, além de aumentar a superfície de ataque. A padronização com a marca Fortinet mantém a robustez e a confiabilidade da solução.

Fundamentação Legal:

A presente justificativa está amparada no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que permite a indicação de marca. Assim, a descrição do objeto poderá, excepcionalmente, indicar marca ou modelo, desde que devidamente justificada a necessidade de padronização ou a exigência de determinada marca por motivo de preservação da compatibilidade com os sistemas já existentes no órgão ou entidade.

Conclusão:

Dessa forma, a exigência de que os equipamentos e soluções a serem adquiridos sejam da **marca Fortinet** encontra respaldo técnico e legal, sendo essencial para garantir:

- A **compatibilidade com os ativos existentes**;
- A **continuidade operacional** da solução de segurança cibernética;
- A **eficiência da gestão e resposta a incidentes**;
- A **segurança da informação institucional**.

Daniel Marques Belem
Coordenador Geral de Tecnologia da Informação

**ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA**

(encaminhamento obrigatório, imediatamente após a fase de lance)

À

Ref.: Licitação nº 0xx/202x – Pregão Eletrônico nº 0xx/202x

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob n.º _____, sediada à _____, e-mail: _____, tendo examinado o Edital, cujo objeto é _____, conforme especificações técnicas e quantitativos constantes do Termo de Referência, vem formular a seguinte proposta, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes:

LOTE 1

ITEM	UND	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA/MODELO*	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	UND.	x	xxxxxxxxxxx			
2	UND.	x	xxxxxxxxxxx			
Valor Total:						

Declaramos que esta Proposta Comercial tem validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura do certame, caso não seja indicado, será considerada de 60 (sessenta) dias corridos.

Declaro que estamos de acordo com os termos do ato convocatório e com a legislação nele indicada.

Informo, desde já, que os pagamentos deverão ser creditados à Conta Corrente nº _____, Agência nº _____, Banco _____.

E-mail: xxxxx@xxxxxx, telefone nº xxxxx

Local, ____ de _____ de 202x.

(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante, dispensado em caso de carimbo com CNPJ).

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICRO EMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa _____ inscrita no CNPJ _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA para fins do disposto do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 0xx/202x, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pelas Leis Complementares nºs 147/2014 e 155/2016;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pelas Leis Complementares nºs 147/2014 e 155/2016;

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pelas Leis Complementares nºs 147/2014 e 155/2016.

Localidade, ____ de _____ de _____

Representante Legal

Observação:

Assinalar com um “X” na condição da empresa.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

Para fins de participação no processo de Licitação nº xx/202x- Pregão Eletrônico nº 0xx/202x, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Senhor (a)....., portador do CPF nº, DECLARA QUE :

1. Aceita as condições do presente Edital, das disposições técnicas, bem como de sujeição às condições fixadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe;
2. Nos preços propostos estão inclusas todas as despesas com deslocamentos, materiais, mão de obra, transportes, leis sociais, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para o fornecimento do objeto discriminado no Anexo I;
3. Tem o conhecimento da demanda e que as informações fornecidas são satisfatórias e corretas para o fornecimento do material de expediente dentro do prazo previsto;
4. Autoriza a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe proceder quaisquer diligências junto às instalações da empresa e sua contabilidade e a terceiros, os quais o licitante mantém transações comerciais;
5. Responderá pela veracidade das informações constantes da documentação e proposta que apresentar;
6. Declara que, após a emissão dos documentos que acompanham a proposta e os relativos à habilitação preliminar, não ocorreu fato que nos impeça de participar da mencionada licitação;
7. Declara ainda que, atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente;
8. Que se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial, os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência do processo em epígrafe em consonância com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
9. O prazo de validade desta proposta é de sessenta (60) dias, e o prazo de fornecimento do material é de acordo com as especificações dos Termos de Referência deste edital (ANEXO I), podendo ser prorrogado desde que justificado.

Local, de de 202x
(assinatura do representante legal do licitante)

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2025

Contrato de aquisição de bens e serviços que entre si celebram, de um lado, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe e, do outro, a Empresa_____, em decorrência do Pregão Eletrônico nº ____/2025.

A **Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe**, situada na Avenida Ivo do Prado, s/nº, nesta Capital, doravante denominada CONTRATANTE, com CNPJ. nº 13.170.840/0001-44, representada neste ato pelo seu Presidente, Deputado Jeferson Andrade, e pelo Primeiro Secretário, Deputado Luciano Bispo de Lima; e, do outro, a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Sócio(a) Administrador(a), o Sr(a). _____, nos autos do **Processo Administrativo nº 015153/2025 – Pregão Eletrônico nº ____/2025**, devidamente autorizado pelo Ato nº 24.363, de 10/03/2025, publicado no Diário do Legislativo nº 72 – ANO III, de 12/09/2025, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado neste Poder pelo Ato nº 23.721, de 23 de março de 2023, Decreto Estadual nº 342 de 28 de junho de 2023, pelas Leis Complementares nº 123/06 alterada pelas Leis Complementares nº 147/2014 e 155/2016 em sua atual redação (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), Decreto Federal nº 8.538/2015, pela Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), da Lei Estadual 8.747/2020 e Lei Estadual 9.493/2024, observadas às alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e nas condições e exigências estabelecidas no Edital, têm justo e contratado, por este e na melhor forma de direito, o que adiante segue, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021)

1.1. Constitui objeto a contratação de empresa especializada em Tecnologia de Informação, que tem por finalidade a prestação de serviços referente à Solução Integrada de Segurança Cibernética e o fornecimento de equipamentos de segurança de rede, conforme especificações, quantitativos e demais condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS
SERVIÇOS (art. 92, I, da Lei nº14.133/2021)**

2.1. Os bens estão minudentemente descritos no Edital e no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº ____/2025.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE
EXECUÇÃO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

3.1. A CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, deverá iniciar o planejamento para elaboração do Cronograma de instalação do equipamento e licenças, em conjunto com a CONTRATANTE;

3.2. A CONTRATADA deve realizar a entrega, instalação e todas as configurações em até 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do Contrato, iniciando neste momento a prestação dos serviços objetos desta contratação.

3.3. A CONTRATADA será responsável pela Garantia e Suporte técnico dos produtos por 36 (trinta e seis) meses contados da entrega dos produtos.

3.4. Os serviços serão prestados de acordo com os termos previstos neste Termo de Referência e descrito no contrato com a CONTRATADA no seguinte endereço: Sede da ALESE, endereço Av. Ivo do Prado, s/n Palácio Gov. João Alves Filho Centro - CEP: 49010-050. 6.3.

**CLÁUSULA QUARTA – DA INSTALAÇÃO, GARANTIA,
SUPORTE E TESTES**

4.1. Sempre antes de qualquer serviço, a CONTRATADA deve efetuar vistoria técnica no local para análise dos detalhes técnicos para execução dos serviços solicitados e, ocorrendo dúvidas, a CONTRATANTE deve ser acionado para os devidos esclarecimentos;

4.2. Os serviços de instalação e manutenção não deverão obstruir o andamento das rotinas de trabalho dos ambientes objetos de intervenção. Quando da intervenção nestes ambientes, será de responsabilidade da CONTRATADA, a recomposição total dos mesmos, deixando os locais totalmente limpos e arrumados, inclusive com relação a algum dano a eles causado quando da execução dos serviços;

4.3. Concluído o serviço de instalação e os testes, a CONTRATADA deverá elaborar a documentação da solução, contendo todas as informações da implantação, como aspectos de arquitetura, configuração, descrição das características e recursos utilizados, testes, integrações e etc.;

4.4. A documentação deverá ser emitida com timbre da CONTRATADA e deverá conter nome, data e assinatura do técnico responsável da CONTRATADA;

4.5. A documentação deverá ser entregue em meio digital (formatos PDF e DOCx);

4.6. A documentação deverá ser validada pela equipe técnica da CONTRATANTE, devendo ser ajustada pela CONTRATADA caso seja solicitado.

4.7. No prazo de até 10 (dez) dias após a aprovação da documentação pela CONTRATANTE, caracterizando a conclusão dos serviços de instalação, configuração e operação assistida, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Homologação;

4.8. Durante a etapa de homologação, caso a equipe técnica da CONTRATANTE identifique inconformidade na implantação da solução instalada, é de responsabilidade da CONTRATADA, iniciar as devidas correções num prazo de 3 (três) dias úteis após a emissão do relatório de inconformidade;

4.9 São condições para a assinatura do Termo de Homologação do Serviço por parte da CONTRATANTE:

4.9.1. A CONTRATANTE receber o comunicado da CONTRATADA informando da conclusão dos serviços de instalação;

4.9.2. A CONTRATANTE concluir a avaliação técnica qualitativa e constatar que não existem inconformidades na solução instalada;

4.10. A CONTRATANTE deve receber toda documentação atualizada que contempla:

4.10.1. Visão geral da arquitetura da solução implantada, com desenho da estrutura lógica e física adotada quando necessário;

4.10.2. Descrição das etapas do processo de instalação, detalhando as opções de configuração adotadas;

4.10.3. Descrição do funcionamento das soluções, incluindo manuais de utilização dos portais web para visibilidade, para procedimento de abertura de chamado junto a CONTRATADA.

4.11. Ativação das Licenças:

4.11.1. As licenças contratadas deverão ser ativadas no ambiente de TI do CONTRATANTE dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato ou do recebimento da ordem de fornecimento;

4.11.2. A CONTRATADA será responsável por fornecer instruções detalhadas para a ativação das licenças, garantindo que o CONTRATANTE tenha pleno acesso aos serviços de suporte e atualizações fornecidos;

4.12. Disponibilidade do Suporte:

4.12.1. O CONTRATANTE terá direito ao suporte técnico especializado, conforme as condições estabelecidas nas licenças adquirida;

4.12.2. O suporte deverá estar disponível durante o período de vigência da licença e será oferecido por meio de canais de atendimento (portal, telefone, e-mail) que serão indicados pela CONTRATADA;

4.12.3. Qualquer incidente ou problema relacionado às licenças deverá ser reportado, e a CONTRATADA deverá fornecer resposta inicial e solução conforme os níveis de serviço acordados no contrato

4.9 Não haverá custos adicionais à CONTRATANTE para a realização das correções apontadas, sendo necessária a atualização da documentação, que foi entregue na etapa de instalação para que a CONTRATANTE realize nova homologação da solução, iniciando-se um novo prazo a a ser acordado entre as partes para resolução definitiva das inconformidades identificadas

4.2.A CONTRATADA, depois de concluído o serviço de instalação da solução, deverá realizar, com acompanhamento dos técnicos da CONTRATANTE, testes de pré-operação para validar que a solução foi instalada de acordo com o Plano de Instalação;

4.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar a garantia do fabricante por 36 (trinta e seis) meses, incluindo as atualizações pertinentes, e treinamento de acordo com o Termo de Referência, uma equipe com perfil técnico adequado as atividades previstas, com técnicos treinados pelo fabricante para a operação e configuração de todos os componentes ofertados.

4.4. Os chamados de suporte técnico e garantia deverão ser abertos por meio de central de abertura de chamados da CONTRATADA, a partir de um número 0800 e ou número local no estado da Sergipe e ou por ambiente WEB, em regime de 24 (vinte e quatro) horas, durante 7 (sete) dias por semana, incluindo-se os dias úteis, feriados e finais de semana, ou por meio de portal na internet. No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à CONTRATANTE um número único de identificação, data e hora de abertura do chamado. Este será considerado o início para contagem dos prazos estabelecidos. Todos os chamados, bem como as providências adotadas, deverão ser armazenados em sistema da CONTRATADA para controle de chamados. O acesso a esse sistema deverá estar disponível a CONTRATANTE;

4.4.1 Caso a central para abertura de chamados não esteja disponível, os registros dos chamados poderão ocorrer via e-mail, para tanto deverá ser disponibilizados canais necessários;

4.4.2 Os registros de chamado deverão constar as informações fidedignas ao contexto monitorado, informando horários da indisponibilidade e retorno, as intercorrências, se já houve chamado aberto e ações efetuadas para resolver o incidente;

4.4.3 A CONTRATADA deverá realizar os atendimentos através de plantão técnico de suporte on-site 24 (vinte e quatro) horas, 07 (sete) dias por semana;

4.4.4 A CONTRATADA deverá atuar de forma proativa, principalmente nos casos críticos de indisponibilidade, antecipando-se aos problemas das soluções deste termo, garantindo a qualidade do serviço estabelecida nos Níveis Mínimos de Serviço, realizando abertura, acompanhamento e fechamento de chamados técnicos relacionados com indisponibilidade e desempenho das soluções operando em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana;

4.4.5 A CONTRATADA manterá registro de todos os chamados abertos, disponibilizando, para cada um, no mínimo as seguintes informações;

4.4.5.1. Número sequencial da ordem;

4.4.5.2. Data e hora de abertura;

4.4.5.3. Severidade;

4.4.5.4. Descrição do problema;

4.4.5.5. Data e hora do início do atendimento;

4.4.5.6. Data e hora de término do atendimento (solução).

4.4.6. A CONTRATADA deverá prever os seguintes Níveis de Serviços:

4.4.6.1. Atendimento técnico emergencial local para indisponibilidade total dos serviços: Em até 02 (duas) horas.

4.4.6.2. Atendimento técnico emergencial local para indisponibilidade parcial ou degradação dos tempos de acesso e resposta dos serviços: Em até 04 (quatro) horas.

4.4.6.3. Atendimento técnico para análises, alterações de parâmetros, consulta e suporte geral em até 24 (vinte e quatro) horas.

4.4.7. Não serão consideradas indisponibilidades as seguintes situações:

4.4.7.1. Paradas programadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE. Neste caso, a autorização deve ser solicitada pela CONTRATADA com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência;

4.4.7.2. Paradas ocasionadas nos equipamentos por erros de configuração causados pelo CONTRATANTE, sem responsabilidade da CONTRATADA;

4.4.7.3. Paradas ocasionadas por casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados;

4.4.7.4. A ausência de dados coletados pela contratada poderá ser considerada indisponibilidade;

4.4.8. Na hipótese de não atendimento aos níveis de serviço especificados, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no regulamento de licitações e contratos da CONTRATANTE, serão aplicadas as penalidades

Penalidades por cada hora completa que exceder os níveis de acordo	Tipo Indisponibilidade
0,10%	Indisponibilidade Total
0,05%	Indisponibilidade Parcial

4.4.8.1. As penalidades previstas na tabela acima serão calculadas tomando como base o valor da solução do contrato e serão descontadas do valor da garantia contratual, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada;

4.4.8.2. Caso a penalidade a ser aplicada seja superior ao valor da garantia contratual prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

4.4.8.3.. A garantia contratual deverá ser restabelecida integralmente, caso tenha incidido qualquer desconto sobre o valor desta; 6

4.4.8.4. O valor da penalidade no período será igual ao somatório das penalidades de cada ocorrência de não atendimento dos níveis de serviço especificados;

4.4.8.5.. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.

4.5. A CONTRATADA deve disponibilizar acesso ao ambiente WEB do fabricante para download de arquivos e drivers.

4.6. Todo serviço de suporte deve ser realizado por profissional certificado pelo fabricante.

4.7. O serviço de suporte deve proporcionar a interação com a equipe técnica da CONTRATANTE, fornecendo apoio na resolução de incidentes que envolvam os componentes da oferta, garantindo seu pronto reestabelecimento.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA
CONTRATANTE (art. 92, inciso XIV, da Lei nº
14.133/2021)**

5.1. A CONTRATANTE, além das obrigações previstas no Edital e no Termo de Referência, obriga-se a:

I – Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para que possa desempenhar o objeto da Licitação de forma satisfatória;

II – Designar uma equipe técnica para fiscalizar e acompanhar a execução do fornecimento e serviços prestados;

III – Promover o acesso às unidades dos órgãos e entidades da CONTRATANTE das equipes da CONTRATADA que executarão a entrega e os serviços de instalação e suporte;

IV – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos responsáveis da CONTRATADA.

V – Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA
CONTRATADA (art. 92, incisos XIV e XVI, da Lei nº
14.133/2021)**

6.1. A CONTRATADA, no decorrer da execução dos serviços objeto deste Contrato, obriga-se a:

I – Assegurar a correta integração e funcionalidade dos serviços, em função do projeto e das especificações técnicas constantes no Termo de Referência;

II – Apresentar, no ato da assinatura do Contrato, para aprovação prévia da Contratante, a relação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços na forma exigida neste Termo

III – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato e do Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

IV – Manter toda estrutura de pessoal e ferramental necessários para execução do contrato, incluindo, fornecimento e serviços, independentemente da demanda definida pela CONTRATANTE;

V – Empregar, na execução dos serviços, a equipe técnica indicada na proposta, que poderá ser alterada mediante solicitação de autorização à CONTRATANTE.

VI – Responder por quaisquer danos que venha a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE

VII – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

VIII – Arcar integralmente com todas as despesas inerentes à execução dos serviços, tais como, combustíveis, manutenção, seguros, taxas, impostos, tributos e salários

IX – Manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

X – Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente Contrato, bem como observar e respeitar as legislações Federal, Estadual e Municipal relativas ao objeto do Contrato.

XI – Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para execução dos serviços

XII – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, os equipamentos e serviços objeto do fornecimento em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondentes ao serviço

XIII – Acatar as normas e condições do Termo de Referência e seus anexos, independente de transcrição.

XIV – Disponibilizar um profissional que acompanhará as ações junto a CONTRATANTE para recebimento de Ordens de Serviço, informações, contato com os técnicos responsáveis pelos serviços, coordenação, administração e supervisão do seu pessoal, bem como de qualquer comunicação junto à CONTRATANTE

XV - Permitir e facilitar a atuação de auditores e inspetores de qualquer natureza, sempre que necessário

XVI - Arcar com indenização pecuniária decorrente dos danos morais ou materiais causados por seus empregados em bens patrimoniais da CONTRATANTE, bem como por desaparecimento de quaisquer objetos e valores encontrados em suas dependências, de quem quer que seja, desde que comprovado dolo ou culpa, do empregado da CONTRATADA.

XVII - Afastar ou substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer funcionário que, por solicitação justificada da Fiscalização, não tenha condição de continuar a participar da execução dos serviços.

XVIII - Realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra os riscos de acidentes de trabalho e outras especificadas nos dissídios ou convenções coletivas.

XIX - Cada prestador de serviço da CONTRATADA deve apresentar-se uniformizado, com fardamento padrão fornecido pela CONTRATADA, e portando crachá de identificação

XX- Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente do fornecimento e dos serviços objeto deste Contrato.

XXI - Responder perante a CONTRATANTE pela conduta, frequência, pontualidade e assiduidade de seus empregados e efetuar as substituições daqueles que venham a se ausentar do serviço, por motivo justificado ou não, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, bem como comunicar a CONTRATANTE, antecipadamente, todo e qualquer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer um dos seus empregados vinculados à execução do presente Contrato.

XXII - Zelar pela boa e completa execução dos serviços e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas

XXIII - Não efetuar despesa, celebrar acordos, fazer declarações ou prestar informações em nome da CONTRATANTE.

XXIV - Comunicar imediatamente ocorrências de qualquer natureza que impeçam o bom andamento do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA, DA FISCALIZAÇÃO, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. VIGÊNCIA (art. 105, da Lei nº 14.133/2021): . O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. DA FISCALIZAÇÃO (Art. 117, Lei nº 14.133/2021): A gestão do contrato será da Diretoria Administrativa, na pessoa do Sr. Roberto Bispo, e a fiscalização será da Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação, na pessoa do Sra. Alessandra Barreto Melo, devidamente designados para esse fim, com autoridade para exercer, como representante da Administração desta CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, como também a conferência da qualidade e segurança dos bens fornecidos, para posterior atesto da Nota Fiscal.

7.2.1. A fiscalização de que trata este item, não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa CONTRATADA pelos danos causados a esta CONTRATANTE ou a terceiros, resultante de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

7.2.2. Durante o período de vigência deste Contrato, a empresa CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração da CONTRATADA, para representá-lo sempre que for necessário.

7.2.3. À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

I – Encaminhar à Diretoria de Orçamento e Finanças desta CONTRATANTE, documento que relacione as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à empresa CONTRATADA.

II – Solicitar a empresa CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração da Contratante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do Contrato.

III – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos materiais.

IV – Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

V – Acompanhar e atestar, as notas fiscais/fatura.

7.2.4. Ao gestor do contrato compete:

I – O auxílio na revisão das cláusulas contratuais;

II – O acompanhamento da qualidade, economia e minimização de riscos na execução contratual;

III – A aplicação de penalidades ao contratado.

7.3. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL (Art. 124, Lei nº 14.133/2021): Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

7.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.4.1. Em conformidade com o artigo 140, da Lei nº 14.133/2021, os produtos objeto deste Contrato, serão recebidos da seguinte forma:

7.4.1.1. Provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis depois da prestação dos serviços, para efeito de posterior verificação da conformidade destes com as especificações do objeto e da relação disposta no Termo de Referência, mediante termo detalhado.

7.4.1.2. Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e consequente aceitação, mediante a lavratura do termo detalhado.

7.4.2. Os recebimentos provisório e definitivo dos materiais ficarão a cargo dos responsáveis pela Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE, cabendo a estes o atesto na Nota Fiscal.

7.4.3. O recebimento provisório será feito quando do cumprimento do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal, compreendendo ainda, dentre outras, as seguintes verificações:

I – Quantidade entregue, em conformidade com a Nota de Empenho.

II – Apresentação do documento fiscal, em conformidade com a legislação fiscal vigente

III – Atendidas as condições indicadas acima, será registrado o recebimento provisório, mediante termo detalhado

7.4.4. O atesto do recebimento registrado em canhoto da Nota Fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

7.4.5. O recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e sua consequente aceitação, através do Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação, devendo conferir os materiais descritos na Nota Fiscal com as amostras apresentadas, satisfeitas as condições abaixo:

I – Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador, a CONTRATANTE, descrição dos serviços prestados, quantidades, preços unitário e total.

7.4.6. O serviço prestado em desacordo com o estipulado neste termo e na proposta da licitante vencedora serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso.

7.4.7. Verificado alguma anormalidade quando da prestação dos serviços, ou quaisquer defeitos que impossibilitem seu uso, será feito registro formal e informado à CONTRATADA, para que a mesma proceda à correção no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da comunicação expedida pela CONTRATANTE.

7.4.8. O recebimento definitivo do objeto deste Contrato, não exclui a responsabilidade da CONTRATANTE quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pela CONTRATANTE, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7.4.9. O representante da CONTRATANTE anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos materiais de que trata o objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO
REAJUSTE (art. 92, incisos V e VI, da Lei nº 14.133/2021)**

8.1. Pela perfeita e integral execução deste Contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____, discriminado da seguinte forma:

Item	DESCRIPTIVO	QNT.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SOLUÇÃO DE SEGURANÇA E GERÊNCIA DE REDE NGFW	1		
2	SOLUÇÃO DE GERÊNCIA DE LOGS E RELATORIA 3	15		
3	ATIVO DE REDE WIRED (Switch)	6		
4	ATIVO DE REDE WIRELESS	20		
5	UNIDADE DE SERVIÇOS TÉCNICOS -UST	20		

VALOR POR EXTENSO	
-------------------	--

8.2. O pagamento será efetuado mediante execução do objeto, até o 5.º dia útil do mês subsequente ao recebimento definitivo, mediante apresentação no protocolo da CONTRATANTE, da documentação hábil à quitação:

I – Nota fiscal/Fatura, devidamente atestada pela a Coordenadoria Geral de Tecnologia da Informação e encaminhada a Diretoria de Orçamento e Finanças;

II – Cumprimento da Resolução do TCE/SE n.º 208 de 06 de dezembro de 2001;

III – Termo detalhado atestando o recebimento definitivo, devidamente assinado pelo fiscal do contrato, o qual devesse ser encaminhado a diretoria de orçamentos e finanças.

8.3. Havendo atraso de pagamento, será atualizada segundo a variação do INPC, desde a data final do período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento. Para o efeito deste item, não serão computados os atrasos atribuíveis à CONTRATADA e os decorrentes da não aprovação dos documentos de quitação ou, ainda, da não aceitação da mercadoria.

8.4. O reajuste será aplicado, observando o interregno mínimo de um ano, a contar da data do orçamento estimado, de acordo com o IPCA/IBGE do referido período, ou outro que por ventura venha substituí-lo, **desde que requerido pela CONTRATADA;**

**CLÁUSULA NONA – DAS FONTES DE RECURSOS E
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inciso VIII, da Lei
nº 14.133/2021)**

9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

XX

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES
ADMINISTRATIVAS (art. 92, inciso XIV, da Lei nº
14.133/2021)**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I – der causa à inexecução parcial do contrato;

II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – der causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Sergipe, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei)

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 5% a 10% do valor do contrato.

10.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 10% a 15% do valor do contrato.

10.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 10% a 15% do valor do contrato.

10.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato.

10.2.4.5. Para a infração descrita no inciso I acima, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato.

10.2.4.6. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

10.2.4.6.1. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza o Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO
CONTRATUAL (art. 92, inciso XIX, da Lei nº 14.133/2021)**

11.1. O contrato se extingue quando expirada a sua vigência, sem a competente celebração do aditivo de prorrogação contratual;

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS
OMISSOS (art. 92, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021)**

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, no Ato n.º 23.721, de 23 de março de 2023; e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO
CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE
DADOS - LEI N. 13.709/2018**

13.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

13.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes e prepostos da CONTRATADA, tais como o número do CPF e do RG, além de endereços eletrônico e residencial.

13.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.

13.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES
GERAIS**

14.1. Fazem parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, a proposta elaborada pela CONTRATADA, bem como o Edital e o Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025.

14.2. As responsabilidades assumidas diretamente pela CONTRATADA, não poderão ser transferidas a outrem, no todo ou em parte, subempreitado, cedido ou sublocado, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO (Art. 92, §1º,
Lei nº 14.133/2021)**

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Aracaju/Sergipe, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito, que seguem subscritas por 02 (duas) testemunhas.

Aracaju/SE, de de 2025

**JEFERSON ANDRADE
PRESIDENTE DA ALESE
CONTRATANTE**

**LUCIANO BISPO DE LIMA
1º SECRETARIO DA ALESE
CONTRATANTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I - _____ CPF:
II - _____ CPF: